

## FICHAS DE LEITURA

ALMEIDA, Maria de Lourdes P. **A apropriação do conhecimento público pelo setor privado na relação universidade-empresa: um estudo a partir do caso da UNICAMP**. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.

Busca mostrar as concepções que se apresentam a respeito da relação da Universidade Pública com os setores privados em relação aos convênios, parcerias e pesquisas científicas, tomando como referência a análise dos problemas de transferência do conhecimento da universidade para empresas e entrevistas de pesquisadores de Institutos, Departamentos e Faculdades de Engenharia da Unicamp. A globalização e o advento da sociedade em rede trouxeram novos desafios tanto para as empresas nacionais (agora expostas à competição internacional) como para a universidade pública (que precisa manter-se enquanto tal e preservar os investimentos na pesquisa acadêmica). Argumenta-se que o processo de privatização reduziu investimentos na parceria com as empresas estatais e levou a uma intensificação de convênios com empresas privadas. Essa alternativa apresenta muitos problemas, desde as dificuldades de entrosamento entre os dois setores até as questões referentes ao próprio estatuto das universidades. A questão proposta é avaliar até que ponto os convênios e parcerias de pesquisa com o setor privado podem comprometer o caráter público da academia. A autora propõe que as universidades públicas continuem mantendo-se abertas para o setor privado, mas que não submetam a ele a definição de seus programas de pesquisa. A universidade pública deve ser “plural”, ou seja, deve preservar os convênios com o setor privado, desde que resguarde os interesses e valores acadêmicos tradicionais, desenvolvendo parcerias com setores públicos e desenvolvendo projetos que visem à melhoria das condições sociais dos que não são favorecidos pelo mercado. Isto é, deve estreitar seu envolvimento com a sociedade, o que pode contribuir para a superação das contradições econômicas e da desigualdade social.

D.R.M.S.

ALVES, Gilberto Luiz. **O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda (1800-1836)**. Ibitinga: Humanidades, 1993.

Analisa a obra de Azeredo Coutinho como expressão do pensamento burguês luso-brasileiro do início do século 19 e sua aplicação aos Estatutos do Seminário de Olinda. A questão que circunscreve a investigação é que, em fins do século 18, quando, após a Revolução Francesa, subentendia-se a implosão do controle clerical exercido sobre as escolas, teve lugar no Brasil Colônia a implantação de uma escola cujo projeto pedagógico visou atender as necessidades

nitidamente burguesas, pelo bispo Azeredo Coutinho. No primeiro capítulo, procura evidenciar o caráter burguês e iluminista da visão de mundo do bispo. No segundo capítulo, expõe os contornos fundamentais da visão de mundo burguesa luso-brasileira. No terceiro capítulo, expõe o conjunto de estudo dos Estatutos e o Plano de Estudos do Seminário de Olinda. O quarto capítulo coloca as questões: a) o nível de seus estudos; b) a pretensa influência modelar exercida pelo Colégio dos Nobres; c) as fontes filosóficas de Azeredo Coutinho; d) o dualismo que, segundo os compêndios, marcaria o seu currículo.

M.M.F.

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. Campo Grande: UFMS; Campinas: Autores Associados, 2001.

Analisa o processo de produção material da escola pública, universal, laica, obrigatória e gratuita. Considera as condições materiais da universalização e as novas funções sociais da escola pública. Buscando compreender o *sentido* dos acontecimentos educacionais, o trabalho apoiou-se na *historicidade* e na apreensão da *totalidade*, conceito que implica, necessariamente, captação das leis que regem a sociedade capitalista, bem como do movimento que lhe é imanente. Uma das questões que se coloca é a explicitação do método dialético. Alves faz uma crítica contundente ao que chamou de *visão conspiracionista da história* ou *materialismo vulgar*, como resultado das abordagens que desconsideram a dialética e negam a autonomia (ainda que relativa) da superestrutura da qual a escola é parte. Para corrigir essa distorção que levou muitos autores a confundir falta de condições materiais para o surgimento da escola pública com *traição* da burguesia, propõe a revisão dessas teorias conspiracionistas, sugerindo que se considere que *por traz de tarefas políticas há homens tentando soluções para os problemas humanos de seu tempo, sob sua perspectiva de classe*. Enumera as novas funções da escola pública, nascidas da necessidade da sociedade capitalista de administrar parte de seus problemas, destacando que sua principal razão de ser está ligada à responsabilidade que o capital lhe atribuiu: a reprodução e/ou realimentação do *parasitismo*. Em outras palavras, a escola atua para manter o equilíbrio social que viabiliza a reprodução do capital assegurando oportunidades de emprego aos trabalhadores expulsos das atividades produtivas. Conseqüentemente, aponta o *equivoco* das abordagens que consideram função essencial da escola e motivo de sua universalização a reprodução da ideologia burguesa e a formação da força de trabalho. Segundo o autor, já existem as condições materiais para que uma nova escola que se torne realidade, supernado uma anacrônica organização manufatureira no qual todo o trabalho didático está sedimentado. Destaca que o capitalismo proporcionou à humanidade inúmeras e importantes conquistas que a escola ainda não incorporou; ignorá-las ou combatê-las significa caminhar na contramão da história.

D.R.M.S.

ANANIAS, Mauricéia. **As escolas para o povo em Campinas: 1860 – 1889. Origens, ideário e contexto**. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas.

Estuda as escolas destinadas aos pobres na cidade de Campinas, no período entre 1860 até a proclamação da República, em 1889, considerado muito importante no crescimento econômico vivido pela cidade em função da cultura cafeeira, e da intensificação do campo político, social, cultural e educacional. Campinas foi escolhida por sua importância histórica como grande produtora de café, responsável pela distribuição da produção para outras cidades, tendo poder econômico com importância reconhecida na Província de São Paulo e nas demais regiões do país. O contexto do trabalho é utilizado como demonstrativo das diferenças sociais existentes na sociedade campineira, quando os ricos, detentores do poder econômico, que lutavam pelo poder político, construíram escolas para os pobres, considerados ignorantes e responsáveis pelo atraso

no país. A pesquisa limita-se a três escolas que ofereceram cursos gratuitos noturnos à população adulta e diurno para as crianças. A autora optou por estudar, em especial, as que ofereciam curso primário gratuito: “As Aulas Noturnas” da Loja Maçônica Independência, a “Escola do Povo” e a Escola “Corrêa de Mello”. Devido à pouca documentação específica, a pesquisa foi baseada na análise de jornais, em especial “A Gazeta de Campinas”, almanaques da Província de São Paulo, e material pertencente aos acervos do Centro de Memória e o Arquivo “Edgar Leurnroth”, da UNICAMP. A autora procura reconstruir a história através da análise de Michel de Certeau, não se restringindo apenas à educação, mas ao momento político, econômico e social. O trabalho está dividido em quatro capítulos, sendo que no primeiro deles a autora discorre sobre a cidade de Campinas e sua importância no cenário brasileiro na época estudada, e a nova sociedade que se estruturava. O segundo capítulo é dedicado ao estudo das escolas para o povo, criadas pelos grupos de fazendeiros de café; políticos e intelectuais alegavam a ineficácia do governo em relação à educação e fundaram colégios e associações mantenedoras das escolas. No terceiro capítulo, a autora discorre sobre as propostas educacionais destinadas à população pobre e as idéias que influenciaram essas propostas e os reflexos causaram na sociedade local. No último capítulo, busca fundamentar as propostas educacionais, considerando as idéias que contribuíram para a concepção de educação do período, principalmente a visão de escola como instrumento modernizador, e a defesa de uma proposta política. Traz, em anexo, os estatutos da Sociedade Corrêa de Mello, de 1881, e um resgate da legislação educacional da província de São Paulo.

L.R.M.

BERNARTT, Maria de Lourdes. **Educação e trabalho na história do ensino técnico brasileiro. Contribuição do CEFET-PR.** 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas /Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava.

O tema “Educação e Trabalho”, objeto de preocupação em todos os estratos sociais, é o grande objetivo de dissertação da autora. Busca, a partir de uma instituição federal, o Centro Federal de Ensino Técnico do Paraná – unidade Pato Branco, compreender como foram se constituindo as relações entre educação e trabalho, nas diferentes etapas de desenvolvimento do ensino técnico profissionalizante brasileiro. A escolha da historicidade da Instituição ocorreu pelo fato de ser espaço de atuação profissional da pesquisadora, e também por ser uma das mais antigas instituições de ensino profissionalizante do país e marco de várias mudanças do ensino técnico. Através da abordagem dialética, a pesquisa é realizada através de análise empírica e teórica, tomando como ponto de partida o depoimento de professores do Ensino Superior da Instituição e da visão de educação e trabalho na constituição brasileira. Os procedimentos para coleta de dados utilizados pela autora foram: questionário aberto como forma de liberdade e espontaneidade do informante; questionário estruturado, composto de textos de apoio, abordando a temática educação e trabalho para professores da instituição. O trabalho divide-se em quatro capítulos. O primeiro apresenta a análise de alguns estudos e pesquisas desenvolvidos no Brasil, a partir da década de 60, enfocando a área de educação e trabalho para em seguida analisar os dados coletados entre os docentes do CEFET-PR. O segundo é dedicado ao histórico das origens do ensino técnico no Brasil, situando seus pontos de encontro e suas principais diferenças em relação às leis que regem a educação brasileira, bem como as concepções de educação e trabalho elaboradas na constituição. O CEFET-PR é descrito e analisado no terceiro capítulo, desde sua criação em 1909 como Escola de Aprendizizes Artífices à transformação em Universidade Federal Tecnológica do Paraná, suas necessidades de atendimento às demandas dos setores produtivos e adaptação técnica ao mercado industrial. No quarto capítulo, a autora discute as contradições e perspectivas atuais para o ensino técnico profissional no Paraná diante dos desafios institucionais da nova ordem mundial. Analisa também decretos, leis e reformas educacionais que transformaram as modalidades de ensino brasileiro.

L.R.M.

BERTAN, Tereza Canhadas. **A educação confessional protestante: Instituto Filadélfia de Londrina. 1944 a 1972.** 1990. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas.

Estudo do Instituto Filadélfia de Londrina, criada em 1945, constituída por cotas de participação adquiridas pelos membros das Igrejas Evangélicas Presbiteriana, Presbiteriana Independente e Metodista que com o passar dos anos se tornaram sócias majoritárias, desenvolvendo processo de centralização e acumulação de capital. Parte de análise da política educacional do período de 1930 a 1970 e do início da colonização do norte do Paraná. Focaliza a preocupação dos colonizadores que buscavam alternativas para a instalação de escolas que atendessem à educação de seus filhos. A instituição tinha por finalidades expressas nos Estatutos a “formação de obreiros e o ensino formal”. Prevaleceu o ensino que passou a ser explorado na cidade de Londrina. O interesse pela pesquisa se deu por se tratar de instituição confessional protestante, com modelo administrativo filosófico, pautado pelos Estatutos, freqüentemente modificados, de acordo com os interesses do grupo dirigente, para usufruir benefícios e levar vantagens. Outro ponto de interesse decorre das condições históricas do surgimento da Sociedade, relacionadas com a mobilização de um grupo de evangélicos empreendedores de um modelo jurídico-econômico que deu sustentação ao projeto empresarial da Instituição. Finalmente, por se tratar de Instituição que atendia a uma clientela específica, isto é, economicamente privilegiada. A autora não deixa explícito a metodologia e fontes utilizadas para a pesquisa, porém é identificável a análise de vários documentos: estatuto da instituição, demonstrativos de alunos e grades curriculares. Analisa entrevistas de dirigentes da instituição a jornais locais, onde expressam sua ideologia. É perceptível a análise histórico-documental para a realização do estudo. O trabalho está dividido em quatro capítulos: o primeiro é destinado à análise da política nacional e educacional no período de 1930 a 1970, onde a autora resgata os ideais dos “pioneiros”, as políticas educacionais do Estado Novo e do Regime Militar; no segundo capítulo, analisa os aspectos históricos da colonização do norte do Paraná e os primórdios da organização escolar na cidade de Londrina, onde enfatiza a organização da sociedade feita pelos diversos imigrantes que se instalaram na região; o terceiro é dedicado às igrejas Protestantes, especificamente ao Instituto Filadélfia de Londrina, suas instalações, organização social e estatutos; o quarto capítulo traz análise da organização escolar da instituição, seu projeto pedagógico, atividades e relações de trabalho.

L.R.M.

CAMARGO, Marilena A. Jorge Guedes de. **Coisas Velhas – Um percurso de investigação sobre cultura escolar (1928-1958).** São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

Pesquisa sobre o Instituto “Joaquim Ribeiro”, na cidade de Rio Claro, durante as décadas de 1930, 1940 e 1950, a fim de resgatar as práticas que conferiram seu perfil institucional. A autora foi aluna do Instituto, entre 1955 e 1957; ao realizar as pesquisas, encontrou sua história pessoal presente nos acervos de: livros, revistas, fotografias, diários, jornais, cadernos, registros institucionais. A pesquisadora quis se distanciar do material que guardava seu passado: “a situação era difícil: tratava-se de falar dessas ‘coisas velhas’, tomando-as como sobras de práticas passadas e dando-lhes um sentido não coincidente como aquele que eu lhe emprestara no passado, como ex-aluna do Ribeiro” (p. 11). Encontra-se na obra seu encantamento pela escola em que estudou e pesquisou. Configura o Instituto “Joaquim Ribeiro” a partir de duas perspectivas convergentes. Numa primeira fase, busca os principais momentos de institucionalização com o exame de Processos, Ofícios, Termos de Visita, Livros de registro administrativo, atos e Decretos; num segundo momento, tenta apanhar das “coisas velhas” pesquisadas aspectos da cultura escolar do estabelecimento. O Instituto “Joaquim Ribeiro” foi inaugurado em 2 de março de 1926 e criado por escritura pública em 8 de maio de 1926, sob constituição jurídica de Fundação no 2º Tabelião de Notas da Comarca de Rio Claro. A Fundação do Instituto “Joaquim Ribeiro” foi criada pelo Coronel Joaquim Ribeiro e sua esposa D. Augusta Balbina dos Santos. O coronel

montou o “Ribeiro” com material escolar adquirido em São Paulo, havia inclusive o material para o pensionato das Meninas, que funcionava num prédio à parte.

F.M.

CAMPOS, Arleta Nobrega Z. Maryssael. **A escola Normal Paulista: acertos e desacertos**. 1987. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo.

Realiza análise historiográfica das instituições escolares, que por muito tempo no Brasil eram destinadas à cursos de formação para o magistério de primeira a quarta séries do primeiro grau, conhecidas como “Escola Normal”. Busca, especificamente, estudar a “Escola Normal” no Estado de São Paulo, sua organização e adequação na formação do professor à clientela. Através de análise descritiva, aborda a criação destas instituições em 1835 no Rio de Janeiro, legislações, decretos, reformas e leis federais e estaduais, em especial a Lei 5692/71. O trabalho está dividido em quatro capítulos, sendo que nos dois primeiros a autora analisa dados históricos e nos seguintes a análise das reformas paulista e federal. No primeiro capítulo, são destacadas as políticas educacionais vigentes nos diversos períodos políticos e as tensões entre setores progressistas e conservadores e o caminho destas instituições em se firmarem como escola profissionalizante, apontando que essas tiveram papel preponderante não apenas na formação de professores, como também na formação da sociedade, em especial de uma elite cultural e intelectual, especialmente no Estado de São Paulo. O segundo capítulo é destinado ao estudo da instituição entre 1957 e 1967, quando ocorreram grandes mudanças na política brasileira e a elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1961, assim como os acordos internacionais caracterizados por auxílio estrangeiro para o desenvolvimento do ensino no Brasil. No terceiro capítulo, analisa-se a Reforma de 1968 da Escola Normal Paulista e sua repercussão, apontando que tal reforma procurou atender algumas expectativas e aspirações dos educadores, mas que também, através da unificação do curso colegial, foi o primeiro passo para a descaracterização do curso normal, completada pela Lei 5692/71. O quarto capítulo é dedicado especificamente à análise da Lei 5692 e as suas conseqüências ao transformar o curso normal em apenas uma das várias habilitações, contribuindo para a formação de cursos de duvidosa qualidade, que contribuíram para a deterioração da formação do professor das quatro primeiras séries do primeiro grau.

L.R.M.

CARVALHO, Roberto Machado. **Memória de uma escola: a Escola Estadual “Regente Feijó”**. Itu: Pannartz, 1982.

Edição comemorativa do cinquentenário da Escola Estadual Regente Feijó, de Itu. O autor – ex-aluno e ex-professor do estabelecimento – pesquisou durante dois anos em arquivos da Escola, da Prefeitura de Itu e em arquivos pessoais, incluindo o seu próprio. A obra registra as origens e os acontecimentos ocorridos ao longo do cinquentenário que marcaram a trajetória do “estabelecimento-modelo” do ensino paulista. Os grandes beneméritos, professores, diretores, funcionários e alunos ilustres são lembrados através de biografias e fotos. Atividades curriculares e extra-curriculares, festas e realizações do antigo “Grêmio Estudantil Paula Souza e Mello” também são descritas. Episódios e comemorações como a fundação do Colégio e as Assembléias da Associação dos Antigos Alunos também estão contemplados. Há uma galeria de retratos e uma parte dedicada somente ao enorme edifício situado à Rua dos Andradas (região central de Itu) que abriga a instituição desde sua fundação. Em capítulos especiais, o autor dedica poemas de saudação à escola, além do registro das festas realizadas para a comemoração do cinquentenário.

D.R.M.S.

CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão; NEVES, Hélia Maria Vendramini; MELLO, Mirela Geiger de. **Arquitetura escolar paulista 1890-1920**. São Paulo: FDE. Diretoria de Obras e Serviços, 1991.

Estudo dos prédios construídos para grupos escolares e escolas normais até 1920 na capital e nas cidades do interior que apresentaram ritmo de crescimento mais acelerado em função da cultura do café e da expansão da rede ferroviária. Divulga a arquitetura escolar produzida pelos profissionais que atuavam junto aos órgãos oficiais de Estado durante esse período, mas o faz também a projetos cuja autoria é desconhecida. Não se encontram nesta obra alguns importantes edifícios por se tratarem de prédios construídos por particulares, por outras entidades ou para outras finalidades e que foram adaptados para escolas. O enfoque do trabalho refere-se à produção de projetos e não ao desenvolvimento das obras. É apresentado em ordem cronológica de construção, o que possibilita leitura da evolução da arquitetura escolar, permitindo estabelecer paralelos com toda a arquitetura da época. Faz um breve histórico sobre o “porquê e como” da criação desses estabelecimentos e descreve o programa arquitetônico dos grupos escolares e escolas normais, caracterizando as edificações. Junto às fotos dos edifícios, estão as das plantas, que permitem leitura indicativa dos ambientes e as várias soluções encontradas pelos construtores, medidas das salas e do prédio, transcrições de trechos de documentos. É possível comparar os ambientes comuns dos grupos escolares aos das escolas normais, suas dimensões e o tratamento arquitetônico que estas receberam. Compara a atenção dada ao ensino com a destinada aos prédios escolares.

M.M.F.

COSTA, Manoel dos Passos da Silva. **A trajetória de uma unidade educacional CEFET – Pato Branco – PR**. 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas.

Estudo envolvendo determinados aspectos da prática docente de unidade de ensino do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), localizada em Pato Branco, Paraná. Como instituição estratégica que desempenha diretamente a função de reproduzir a força de trabalho e as relações de produção, o CEFET-PR mobiliza a ideologia da educação como forma de ascensão social e de democratização de oportunidades. Para isso, a instituição desenvolveu processo didático pedagógico adequado às necessidades mercadológicas regionais. As mudanças de paradigmas no processo de ensino-aprendizagem buscadas pela instituição são contempladas no texto, que revela detalhes como o planejamento didático pedagógico, objetivos educacionais, avaliação, entre outros que constituem a prática cotidiana docente. O texto traz uma descrição da situação do ensino técnico no País e no Paraná e do ensino superior na região sudoeste do estado e como o sistema cefetiano se encaixa nesse contexto.

D.R.M.S.

CUNHA, Marcus da (org). **Ideário e imagem da educação escolar. Polêmica do nosso tempo**. Campinas: Autores Associados, 2000.

O livro compõe-se de cinco textos desenvolvidos com base em pesquisas sobre a história da educação no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP – Araraquara-SP. As fontes pesquisadas incluem: análises de fotografias e de manuscritos; a história oral; outras fontes documentais impressas, onde cada autor traz contribuições individuais e específicas para a História da Educação. Ganham ênfase, o ensino primário no Brasil no final do século XIX; o ideário de modernização educacional conciliado com o pensamento católico no Brasil dos anos 30; a missão pedagógica das iniciativas protestantes no século XIX; cinco décadas no cenário das práticas pedagógicas; memoriais do trabalho pedagógico, do século XIX à 1950.

E.M.

CUNHA, Maria Iza G. **Educação feminina numa instituição confessional total católica: Colégio Nossa Senhora do Patrocínio**. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo.

Pesquisa vinculada a grupo de estudos do Centro de Memória da Unicamp que tem por objetivo resgatar os projetos educacionais das escolas da região de Campinas em meados do século XIX. A pesquisa revela a proposta educacional do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, primeira instituição católica da província de São Paulo destinada à educação de meninas de elite, e que foi dirigido pela congregação religiosa francesa das Irmãs de Chambéry. Relaciona o projeto pedagógico do colégio com o espírito da Contra Reforma, que, ao levantar a bandeira da educação maciça como meio de conter a heresia, afetou a educação feminina, exigindo a preparação da esposa e mãe para um novo papel: difundir na família e na sociedade os valores do catolicismo. O estudo passa pela figura da fundadora do Colégio, Madre Maria Theodora Voiron, que permaneceu à frente da instituição por sessenta e seis anos, encarnando ideal de formação de mulher, síntese de todas as virtudes e de toda moral compatível com os valores católicos da época. A primeira parte do trabalho aborda o histórico da congregação e sua relação com a oligarquia e a reforma da Igreja; a segunda parte enfoca Madre Theodora como elemento catalisador dessa proposta educacional; a última parte traz análise do alunado e da maneira como a instituição estava organizada para oferecer a “boa educação da mulher”, baseada nos princípios de obediência, subserviência, docilidade, religiosidade e vigilância.

D.R.M.S.

DUARTE, Valdir P. **Escolas públicas no campo: problemática e perspectivas**. 2001. Dissertação (Mestrado). Caçador.

O estudo aponta as possibilidades das escolas públicas do campo. Seu objeto é o Projeto Vida na Roça. Procura aprofundar a compreensão e explicitar as possibilidades da escola pública do campo na sociedade atual, estudando a relação educação-desenvolvimento no campo brasileiro a partir do município de Francisco Beltrão – Paraná. Está dividido em três capítulos. O primeiro fundamenta historicamente a ideologização da relação escola-desenvolvimento, desde a ocupação por colonos vindo do Rio Grande do Sul, com agricultura de subsistência, à inserção do capital industrial e bancário nacional e internacional e conseqüente mudanças culturais advindas. O segundo capítulo procura compreender as dinâmicas das políticas educacionais, a lógica e o sentido do que aconteceu na educação para o campo. O terceiro capítulo trata do surgimento do Projeto Vida na Roça: como e por quê surgiu, quais pessoas e órgãos estavam envolvidos em sua criação e esclarece ainda as práticas e reflexões institucionais da ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, e seu papel na criação do Projeto.

M.M.F.

DUTRA JUNIOR, Joemir. **A Universidade de Sorocaba e uma história do seu curso de História. 1955 – 1994**. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Sorocaba.

Através do estudo da evolução da Instituição Universidade de Sorocaba (UNISO), em especial do curso de História, observa a desproporção existente entre o número de universidades públicas e o de universidades privadas. A instituição pesquisada, uma universidade privada, reflete, em seu contexto micro-histórico, parte do desenvolvimento que estas universidades tiveram dentro das últimas décadas da evolução histórica brasileira. A UNISO, originalmente Faculdade Municipal, foi gradativamente passando para as mãos da Igreja Católica, que não deixa de fazer parte da iniciativa privada, que não fugindo dos padrões, recorreu a empréstimos e subsídios governamentais, ou seja, capital público. O objetivo é resgatar fontes históricas primárias de uma universidade, buscando entender os mecanismos que envolveram sua criação, crescimento

e o jogo de interesses envolvidos nesse processo. A pesquisa tem como base a micro-história, tomando como referenciais fontes variadas e levantamento de fontes primárias e secundárias, análise das referidas fontes e síntese interpretativa. Faz análise do período de origem da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba até sua transformação em Universidade, ao mesmo tempo em que analisa o processo histórico brasileiro e internacional, que refletiram na política de educação no país. Aborda a falta de interesse em organizar o ensino brasileiro, demonstrado na política entreguista imposta pelas classes hegemônicas brasileiras preocupadas com o lucro. O primeiro capítulo contempla os subitens: "Breve histórico da sociedade brasileira a partir de 1945", como forma de abordar a estrutura política e sócio-econômica do Brasil e a influência do capitalismo internacional nos rumos do país; "Breve histórico do Ensino superior no Brasil, 1940-1994", expondo os motivos pelos quais no Brasil as Universidades Públicas são limitadas em seu crescimento, enquanto as Universidades Privadas se multiplicam; "História de uma Instituição Universitária: A Universidade de Sorocaba", no qual faz uma análise contextualizada da instituição. O capítulo dois é uma "História do curso de História da Universidade de Sorocaba", tendo como subitens: "As origens do Curso de História", desde a sua formação e estruturação; "Curso de Estudos Sociais" e as discussões sobre sua implantação; "Reativação do curso de História", em função da própria abertura política com o final da ditadura militar.

L.R.M.

EVANGELISTA, José Geraldo. **História do Colégio São Joaquim: 1890 – 1940**. São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 1991.

Faz leitura histórica da cidade de Lorena, de suas famílias mais ilustres, e de como ocorreu a criação e os primeiros 50 anos de existência do colégio salesiano São Joaquim. Baseado em pesquisa de anais e fontes, procura enfatizar os aspectos cronológicos, mas acaba por desvendar a filosofia seguida pelos padres salesianos, que como afirma o autor, também ex-aluno do colégio, que "o sistema pedagógico do Dom Bosco fosse respeitado". O questionamento do autor, em sua pesquisa, foi o da origem dos meninos e a maneira como viviam no colégio, longe de suas famílias. Destaca a abordagem pedagógica dos salesianos centrada na psicologia para adaptação de seus alunos.

B.E.P.M.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **República, trabalho e educação: a experiência do Instituto João Pinheiro 1909/1934**. Bragança Paulista: Ed. Universidade São Francisco, 2001.

Conta a história do Instituto João Pinheiro fundado em 1909 em Belo Horizonte, Minas Gerais. O objetivo central do primeiro capítulo é analisar as razões que levaram à criação do Instituto, bem como a ligação deste com problemas sociais mineiros e belo-horizontinos da época. São discutidas as idéias de incorporação do "povo" à república, de formação de um novo cidadão, bem como a necessidade de instituições de combate e prevenção da criminalidade. No capítulo dois, esboça-se o perfil da clientela do Instituto, tanto daquela prevista idealmente pelo regulamento, quanto daquela verificada concretamente. Fica a demonstração de como a clientela real foi sendo definida e redefinida mediante jogos de forças e de interesses mobilizados pela Instituição. No capítulo três, são examinados os fundamentos da organização e funcionamento do IJP, bem como as práticas de educação/formação postas no interior da Instituição. As diversas modalidades de trabalho praticadas pelos educandos no Instituto, constituem objeto de análise do capítulo quatro. São passadas em revista as diferentes formas de trabalho a cargo dos meninos, discute-se sua importância para a formação dos alunos e para a manutenção da instituição, e é analisado o significado da remuneração oferecida aos meninos pela instituição. O quinto trata da organização dos estudos propriamente ditos, e seu papel no seio do processo mais geral da

formação dos meninos. Chama-se a atenção para a importância atribuída pelas famílias à “formação intelectual” possibilitada pelo instituto a seus filhos. A partir do capítulo seis, o autor sai do instituto e começa a visitar as fontes que inspiraram a sua criação e organização. Reúne impressões que visitantes diversos manifestaram a respeito da organização e da proposta educativa do Instituto. No sétimo e último capítulo a intenção fundamental foi a de dar a conhecer o destino social reservado só a egressos do Instituto, destino esse que nem sempre correspondia àquele esperado pelos fundadores e pela direção do estabelecimento.

R.F.M.

GARCEZ, Benedito Novaes. **O Mackenzie**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1970

O trabalho é dedicado à Igreja Presbiteriana do Brasil e traz histórico do Colégio Mackenzie a partir de 1870, destacando a sua independência quanto às exigências da Igreja Católica e a luta da Igreja Presbiteriana para manter o controle do colégio. Na primeira parte, relaciona a moral protestante ao desenvolvimento cultural e, conseqüentemente, ao desenvolvimento econômico dos Estados Unidos, lembrando que uma escola era erguida ao lado de cada igreja nos primórdios da expansão americana. Por outro lado, atribui à presença do catolicismo as “falhas culturais” do Brasil. Ainda na primeira parte, destaca que o esforço educacional presbiteriano no Brasil teve como objetivo primeiro abrir caminho para a evangelização, e como isso se transformou, mais tarde, na luta contra o analfabetismo. A segunda parte evidencia o apoio recebido pela Escola Americana (segunda designação dada ao Colégio Protestante) por parte de D. Pedro II e de “todos os democratas da época”, inspirados pelos ideais liberais americanos. A terceira parte revela como a Escola Americana passou a “Mackenzie College” e as origens da Escola de Engenharia. A última parte refere-se ao Instituto Mackenzie e seus cursos e realizações e também à criação da Universidade.

D.R.M.S.

GOBBO, S. D'Angelo Alcuri. **Assim é a escola: o perfil do sistema Escola-Fazenda na escola agrotécnica Federal de Colatina-ES**. 1997. Dissertação (Mestrado- Universidade Estadual de Campinas – Universidade Estadual do Centro Oeste, Guarapuava).

Traça o perfil do Sistema Escola-Fazenda na Escola Agrotécnica Federal de Colatina – ES (EAF-Col/ES), sistema este adotado nas Escolas Agrotécnicas Federais. O objetivo é identificar o perfil do Sistema Escola-Fazenda, segundo a percepção do pessoal docente, técnico, discente e egresso, buscando apresentar a estrutura e o funcionamento do Sistema, analisando a profissionalização em nível de 2º grau no setor primário da economia, a problemática do mercado de trabalho, as deficiências e as medidas que possibilitem a melhoria de seu funcionamento. A metodologia aplicada foi o estudo de caso, utilizando como instrumentos para análise entrevistas, questionários, observação e análise documental. Traz um amplo anexo com os modelos de questionários, roteiros de entrevistas, decretos, portarias e leis Federais e Estaduais sobre escolas Agrícolas e o regimento interno. Está dividido em quatro capítulos. No primeiro, aborda os aspectos históricos e legislativos da evolução das Escolas Agrícolas desde sua criação até os dias de hoje. No segundo, é apresentada a escola objeto de pesquisa, caracterizando o ambiente pesquisado, o município onde está localizada e os passos que levaram a Escola Agrotécnica de Colatina a ser o que hoje representa. O terceiro é reservado à análise da pesquisa e a contextualização das inquietações vividas pelos agentes pesquisados e como estes vêm vivenciando as transformações da sociedade e ao mesmo tempo com ela interagindo. No quarto capítulo, é abordado o relativismo dos efeitos sociais da tecnologia, a partir das complexas relações entre fatores políticos, sociais econômicos e culturais presentes num determinado contexto social. A

autora parte do princípio de que o trabalho deve ser considerado, a partir não só da determinação tecnológica, mas também dos aspectos sociais.

L.R.M.

GRIGOLON, João. **70º Aniversário do Grupo Escolar “Dr. Cesário Motta”: 1894-1964**. Itu: Prefeitura do Município de Itu, 1964.

Esta obra é uma homenagem a todos os professores, alunos e funcionários da Escola “Cesário Motta”, localizado na cidade de Itu. Desenvolvido entre os anos de 1963 e 1964, o livro traz referência especial ao Patrono da escola, Dr. Cesário Motta, médico, educador e político de muita influência. Sua biografia lembra suas realizações como Secretário do Interior na área educacional: criação de escolas-modelo e complementares; criação dos primeiros Grupos Escolares; instalação da Escola Normal da Praça da República (1894); a Escola Politécnica e o Ginásio do Estado. Há uma lista de todo o corpo docente e funcional que exerceram suas funções na escola nos setenta anos de que se ocupa o livro. Nos capítulos finais, há uma relação de curiosidades sobre a escola, como a porcentagem de aprovação de alunos ao longo dos anos, e a inauguração do “Novo Gabinete Dentário”, em 1961. Existe um capítulo totalmente dedicado a um histórico do desenvolvimento do ensino primário em Itu, a partir da criação do Grupo Escolar “Dr. Queiroz Telles”, em 1893. No capítulo final, o autor ocupa-se de descrever brevemente a trajetória do Grupo Escolar “Dr. Cesário Motta”.

D.R.M.S.

GROSS, Renato. **Colégio internacional de Curitiba: uma história de fé e pioneirismo**. Rio de Janeiro: Collins, 1996.

Esta obra está dividida em seis capítulos e representa significativa contribuição para a historiografia de um importante aspecto da Igreja Adventista do Sétimo Dia no Brasil. Ao escrever sobre a Instituição de ensino Adventista, o autor remexe as “entranhas” do passado para resgatar a saga de uma “linha de esplendor sem fim”: a história centenária do Colégio Internacional de Curitiba e, por extensão, de parcela significativa da obra educativa e evangelizadora protestante em nosso país. O texto, apesar de sucinto, permite, nos detalhes e na totalidade, perceber a acuidade do pesquisador que, sem abrir mão da sua visão de mundo, faz brotar da frieza dos documentos investigados, uma história viva de educação e de fé. Do primeiro ao último capítulo, apresenta de forma estimulante os desafios e lutas dos Pioneiros e o modo sábio que utilizaram para, num prazo curto, estabelecerem a escola que hoje é um marco importante nos cem anos da Educação Adventista no Brasil. No capítulo um, apresenta de forma simples e objetiva a filosofia e o alvo da Educação Adventista. Do capítulo dois ao seis, tece toda a história, desde a chegada da Mensagem Adventista em Curitiba, como o Colégio começou a funcionar e a se consolidar. Também conta sobre a sua expansão e crises até os resultados de hoje.

E.S.

JAEGER, Inês Costa. **Escola/Trabalho: o vivido e o representado pelo estudante trabalhador do centro de estudos supletivos de Guarapuava**. 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas / Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava.

Trata da questão da educação de jovens e adultos e tem como objetivo explicitar a efetivação da educação de adultos através do Centro de Estudos Supletivos da cidade de Guarapuava, Paraná, analisando-o na perspectiva dos alunos, professores e equipe pedagógica, e verificar na prática as relações entre a escola e o trabalho e o aprofundamento dos conhecimentos acerca

da realidade da escola pesquisada. Faz pesquisa qualitativa com abordagem etnográfica, tendo como principais instrumentos entrevistas com alunos, professores e equipe técnico-pedagógico-administrativa; registro em diário de campo; análise de material didático e observação em sala de aula. Concebe a escola pesquisada, assim como outros Centros de Estudos Supletivos (CES), como tendo papel político-social que atende a uma clientela trabalhadora e excluída do sistema escolar, uma vez que, para estes, o estudo parece ser um prolongamento da jornada de trabalho. Para o Estado, é uma alternativa de baixo custo, para atender grande número de brasileiros que se encontram fora do processo escolar. A autora tem como algumas diretrizes: identificar as condições reais de funcionamento do CES, as características de seus agentes pedagógicos e as necessidades, dificuldades, expectativas e sugestões dos envolvidos no cotidiano escolar; refletir sobre as relações educação/trabalho e o papel da escola como possível fator de mudança de sua prática; constatar se a escola trabalha em prol da ruptura das relações sociais de exclusão. O estudo está dividido em seis capítulos. No primeiro, procura mostrar como surgiu a educação de adultos no Brasil, focalizando o CES, especificamente em Guarapuava, PR, descrevendo o local da realização da pesquisa e clientela atendida. O segundo capítulo revela as propostas do CES, narrando as atividades desenvolvidas, a integração com a comunidade e as representações dos alunos. O capítulo terceiro caracteriza o aluno trabalhador, analisando as contradições entre o vivido e o representado, seu ingresso prematuro no mundo do trabalho e os entraves surgidos em suas vidas. O quarto capítulo aborda a necessidade de ofertar um ensino gratuito de boa qualidade e democratizado, ressaltando a positividade e negatividade do trabalho que exercem e da formação que recebem no 2º Grau. No quinto capítulo a autora procura mostrar a relação escola/trabalho, os vínculos entre o que a escola ensina e o que os estudantes necessitam saber ao desempenhar uma profissão. O sexto capítulo é reservado às considerações finais, buscando caminhos para maior entendimento desta modalidade de ensino.

L.R.M.

KINPARA, Minoru Martins. **Colégio de Aplicação e a prática de ensino: questões atuais**. 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas.

O objetivo é traçar o perfil dos Colégios de Aplicação e instituições do gênero, verificando o quanto estas instituições ainda servem de campo de estágio para os licenciados, verificando seu vínculo com a Prática de Ensino. Procura as concepções de educação que nortearam o surgimento dos Colégios de Aplicação e as concepções de Prática de Ensino, ou seja, os posicionamentos filosóficos, psicológicos, políticos e econômicos que respondem a determinada sociedade e a determinado tempo histórico. Busca examinar os aspectos sociais, econômicos e políticos que influenciaram e influenciam os ideais pedagógicos. A legislação referente aos Colégios de Aplicação deve ser vista como a expressão ideológica que as camadas dominantes revelam a respeito da educação. O Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre foi a fonte principal para a pesquisa, uma vez que reflete, nas suas dificuldades, principalmente quanto ao descrédito e sucateamento, outras instituições semelhantes no país. Investiga os motivos da criação dos Colégios de Aplicação; seus vínculos históricos; concepção inicial da instituição; mudanças pelas quais passaram; motivos que provocaram essas mudanças e estágios em que se encontram atualmente. O estudo foi desenvolvido através de várias abordagens, valendo-se de metodologia de caráter qualitativa e quantitativa. A autora fez pesquisa bibliográfica e documental, fazendo levantamento histórico sobre a origem e criação dos CAPs. Uma segunda fonte foi a consulta da legislação existente através de decretos, leis, pareceres e resoluções a respeito do objeto de estudo. Em outra fase, a autora utiliza dois questionários enviados aos diretores ou responsáveis pela administração dos CAPs e outro para professores supervisores de Prática de Ensino. Nos questionários foram elaboradas perguntas abertas e fechadas, conforme o objetivo e a necessidade. O trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro é feita retrospectiva histórica, apontando os primórdios dos Colégios de Aplicação e seu vínculo com a Prática de Ensino e

análise da legislação que criou essas instituições. No capítulo dois, são mostrados os efeitos do Parecer CFE nº 292/62 sobre os CAPs, as escolas da comunidade e a formação dos professores de 2º grau. É analisado também o Parecer CFE nº 672/69. O capítulo três analisa, de maneira mais específica, as questões atuais sobre Prática de Ensino/Estágio Supervisionado nos cursos de Formação de educadores. No capítulo quatro, é feita a análise dos dados da pesquisa empírica sobre a situação atual dos CAPs e da Prática de Ensino.

L.R.M.

KISHIMOTO, Tizuko M. **A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)**. São Paulo: Edições Loyola, 1988.

Trabalho crítico, de natureza histórico-pedagógica, para esclarecer o significado, a natureza, a fundamentação pedagógica e a evolução dos estabelecimentos destinados à educação da infância paulista no período compreendido entre 1877, ano do aparecimento do primeiro jardim de infância em São Paulo, até meados de 1940. Na Introdução, apresentam-se as hipóteses que norteiam todo o trabalho, ou seja, como evoluiu a pré-escola paulista, que tipo de instituição prevalece, quais os grupos que a criam, quais suas intenções e finalmente, quais os teóricos que a fundamentam. O primeiro capítulo discute o significado e a natureza dos diferentes tipos de estabelecimentos infantis, instalados até 1940, como os asilos infantis, creches e escolas maternais e jardins de infância. O segundo investiga o aparecimento dos asilos infantis, creches e escolas maternais, seus grupos mantenedores, suas intenções e a evolução desses estabelecimentos. O terceiro assinala a presença dos jardins de infância, procurando detalhar os vários grupos que assumem a tarefa de sua instalação, bem como a intenção de seus mantenedores, ao oferecer tais serviços à infância paulista. Procura ainda identificar a orientação pedagógica assumida ao longo de sua evolução. A conclusão apresenta as principais teses do trabalho e efetua interferência acerca de alguns problemas atuais da pré-escola.

F.L.M.

KORITIAKE, Luiz Antonio. **Qualidade total da empresa à Escola. A relação entre as experiências vividas na empresa e na escola pelos alunos estagiários do curso de Desenho de Projetos de Mecânica da Escola Técnica Estadual "Fernando Prestes"**. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Sorocaba.

Busca identificar a relação entre as experiências vividas na empresa e na escola pelos alunos estagiários de Desenho e Projetos de Mecânica da ETE "Fernando Prestes", Sorocaba SP, sob os efeitos do movimento da Qualidade total. São abordados fatores que estão interferindo na reorganização das empresas e, como consequência, provocando transformações no mundo contemporâneo, onde a Qualidade Total passa a ser uma vantagem competitiva e uma forma de exclusão. O objetivo geral do trabalho é caracterizar o perfil do profissional que o curso de Desenho de Projetos de Mecânica da Escola Técnica Estadual Fernando Prestes vem formando e verificar quais as influências da empresa e da escola nesta formação, tendo como pano de fundo a Qualidade Total. Analisa a participação empresarial nos rumos da educação desde a década de 60 e sua influência nas reformas do ensino em todos os níveis, mais recentemente com a aplicação de técnicas empresariais, visando Educação de Qualidade Total. Aponta que este discurso reflete a visão neoliberal de mundo. Tal discurso pode refletir numa prática reprodutivista, academicista e descontextualizada da vida real, deslocando-a da esfera pública para o espaço privado do consumo e da escolha. A metodologia baseou-se no estudo de caso de alunos estagiários, com ênfase em análises qualitativas da proposta para a implantação da habilitação, dos quadros curriculares, os planos de ensino e planos escolares e entrevista. A dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro, caracteriza a Qualidade Total nos seus aspectos conceituais, histórico e as abordagens mais significativas. No segundo, são abordados fatores de

transformação da sociedade contemporânea, evidenciando o avanço do neoliberalismo e os “efeitos colaterais” que são esquecidos em nome da supremacia e da excelência. O capítulo três trata dos caminhos tomados pela educação profissional no Brasil em função do momento histórico e das transformações que a sociedade vem passando, analisando a influência da proposta empresarial nos rumos da educação. No quarto capítulo, encontra-se a caracterização da escola pesquisada no contexto geopolítico-social no qual está inserida e o estudo de caso que caracteriza o perfil profissional do técnico em formação.

L.R.M.

LANZ Rudolf. **A pedagogia Waldorf Caminho para um ensino mais humano**. 7. ed. São Paulo: Antroposófica, 2000.

Apresenta um pouco do que é e do que se faz no Brasil com respeito à Pedagogia Waldorf. Essa pedagogia baseia-se no conhecimento do ser humano trazido pela Antroposofia, ciência elaborada por Rudolf Steiner (1861-1925), no início do século XX. Sua principal meta é proporcionar à criança e ao jovem, o desabrochar harmonioso de todas as suas capacidades, considerando as esferas física, emocional e espiritual. Para isso desenvolve um currículo totalmente diversificado, com vistas ao desenvolvimento integral do ser humano. Em todo mundo, esse sistema pedagógico vem modificando substancialmente o conceito de educação escolar. As assim chamadas Escolas Waldorf, possuem um método de Administração totalmente integrado com os pais que participam ativamente de todo processo educativo – administrativo. Existente em inúmeros países de quase todos os continentes, essas escolas, têm proporcionado à sociedade humana uma educação que prepara os jovens com grande potencial de criatividade, discernimento e autoconsciência, capazes de contribuir positivamente para os destinos do mundo à medida que compreendem seu próprio sentido existencial.

E.M.

LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cyntia G. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Reúne textos de diversos pesquisadores sobre a história da educação no Brasil. Foi editada como parte das ações realizadas pela Prefeitura de Belo Horizonte, como comemoração do 500 anos do Brasil. Foram escolhidos autores segundo dois critérios: o primeiro busca abrangência cronológica de tal forma que todos os períodos considerados importantes fossem, direta ou indiretamente, tratados. Desta forma, aborda-se desde a educação colonial até as discussões atuais sobre políticas educacionais. O segundo critério elege temas considerados imprescindíveis para a compreensão da história da educação. Assim, o discurso historiográfico mostra a centralidade de alguns problemas que considera antigos, mas que ainda permanecem. Tratam, portanto, desde a educação jesuítica, passando pela educação da mulher na colônia, educação profissional, ensino superior, inclusão / exclusão, educação dos negros, dos imigrantes. Inclui ainda aqueles que apenas nos últimos anos têm merecido a atenção dos pesquisadores.

M.M.F.

MAGALHÃES, Antônio Lages (Pe.). **Colégio São Joaquim – 100 anos educando**. São Paulo: 1990.

Nesta publicação constam: a) Escorço histórico; b) Registro fotográfico; c) relação dos Salesianos que trabalharam (trabalham) no Colégio São Joaquim; d) Relação dos alunos de 1890 a 1989; e e) Corpo docente e discente em 1990. O Colégio foi fundado em 1890, resultado dos pedidos insistentes do Conde Moreira Lima, apoiados pelo bispo de São Paulo, D. Lino Deodato

Rodrigues de Carvalho. O Colégio começou a funcionar num chalé ao lado da Igreja de São Benedito com bom número de alunos, padres, professores e pessoal necessário, comportando dormitórios, refeitórios, e até um teatrinho no pavimento térreo, sendo considerado um chalé mágico. A história do São Joaquim está iluminado de confortadora constatação: povo e autoridades sempre puderam louvar-lhe a seriedade e eficiência no campo da instrução e da formação. Nos moldes da legislação vigente, em 13 de junho de 1932 – Decreto 21.526 – o Ginásio São Joaquim é reconhecido como Estabelecimento Livre de Ensino Secundário. Em força do crescimento das vocações religiosas, de 1942 a 1948 o internato São Joaquim ficou reservado para candidatos à vida religiosa (aspirantes e seminaristas estudantes de Filosofia). Em 1949, o internato se reabre para o alunado comum. Em 1971, fecha-se a porta do internato. O crescimento da Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena, inaugurada em 12 de março de 1952, obrigou o presidente da Entidade Mantenedora a requisitar o uso de grande parte do Velho Colégio. Em 1986 ocorre a abertura da Faculdade Salesiana de Direito.

A.J.F.

MANOEL, Ivan A. **Igreja e educação feminina (1859-1919), uma face do conservadorismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 1996

O livro mostra boa interpretação do papel da Igreja Católica no Brasil, especialmente do seu trabalho de educação feminina entre os séculos XIX e XX. Analisa o cotidiano das escolas femininas das irmãs de São José de Chamberry entre 1859 e 1919, procurando articular uma visão deste trabalho pedagógico com o desenvolvimento social do país e os interesses sociais e de classes. Por esta óptica, o livro forja seu enredo: trata-se do panorama a respeito de possível projeto modernizador das oligarquias e a aceitação neste projeto, da educação católica. No capítulo um, descreve-se como o Estado Brasileiro, no Império e na República, optou por financiar e estimular as escolas católicas. No capítulo dois, mostra-se por que as oligarquias, embora ambicionando a modernização, emprestavam seu apoio a essa iniciativa do Estado. No capítulo três, explica-se a teoria da educação da Igreja conservadora e como a oligarquia e o clero apoiam as escolas católicas. No capítulo quatro, apresenta-se uma análise sólida, baseada na documentação original de vários arquivos sobre o cotidiano escolar, com grandes estruturas da formação social brasileira.

E.S.

MENON, Og Natal. **A Educação escolarizada em Sorocaba entre o Império e a República**. 2000. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Análise histórica da educação sorocabana entre o Império e a República, com enfoque nos atores sociais e suas representações sobre a mesma. O período estudado contempla dois momentos de concepções ideológicas distintas: a construção da prática cotidiana da escola e a preocupação da sociedade com seus caminhos. O final do Império e o início da República são marcantes na sociedade sorocabana devido ao grande crescimento urbano e industrial, tendo a atividade escolar um intenso aumento. O autor traça o perfil dos formatos da escola do Império, que tem como base a escola isolada, baseada no ensino lancasteriano e instintivo e a escola do projeto republicano, representada nos Grupos Escolares, símbolos da nova ordem. São analisadas as escolas particulares de ensino leigo e religioso que atendiam as elites e mesmo as camadas empobrecidas, que preenchiam o vazio deixado pelo poder estatal. As fontes utilizadas foram os jornais da época, atas da municipalidade e do estado, correspondência entre professores e diretores. O trabalho é dividido em três partes: I – A educação em Sorocaba no Império, que é subdividida em seis outras partes: 1) As escolas isoladas; 2) A mulher e a educação escolarizada; 3) A escola secundária; 4) Escola de forasteiros; 5) Escola alemã; 6) Vigilantes do saber; II – A

educação em Sorocaba na República. Análise do Grupo escolar, que buscava dar educação popular e era a esperança de consolidação do novo regime. Em Sorocaba sua instalação estava subordinada aos interesses políticos hegemônicos; III – Considerações sobre a escola Municipal e as escolas particulares em Sorocaba. Estudo das escolas de 2º Grau e as escolas particulares. A tese está dividida em três volumes, sendo que no segundo e no terceiro volumes estão anexados os artigos de jornais e as atas recolhidos pelo autor. Os três volumes são bastante ilustrativos com fotos e mapas de Sorocaba na época estudada.

L.R.M.

MIMESSE, Elaine. **A educação e os imigrantes italianos: da escola de primeiras letras ao grupo escolar**. São Caetano do Sul: Fundação Pró-memória, 2001.

Trata das relações entre os italianos e a educação, do período em que os imigrantes chegaram ao núcleo colonial e contribuíram com o seu desenvolvimento, até a instalação das grandes indústrias que modificaram o cotidiano e possibilitaram a criação de novas escolas. Os imigrantes, quando saíam de seu país, não tinham a pretensão de voltar, desfaziem-se de todos os seus bens e de sua pequena propriedade que dava a eles uma pequena ilusão de independência. Todos aceitavam os contratos de trabalho impostos e os locais para onde deveriam ir quando chegassem ao Brasil. Com o crescimento econômico e a expansão da área inicial estabelecida para os imigrantes, a necessidade de aprender o português foi aumentando. Dentro desse contexto, a autora, escreve sobre as escolas de 1883 a 1900; a 1ª década do século XX; a escola de 1911 a 1921 – o progresso; a escola moderna de 1918 a 1919 e a criação dos grupos escolares.

R.F.M.

MIQUELINO, Casio Aparecido. **As escolas Modernas em São Paulo**. 1997. Dissertação (Mestrado)- Universidade Paulista.

O estudo nasce da preocupação com o descaso da situação educacional e com a busca na história do início do período Republicano, as causas das condições hoje apresentadas, acreditando que a problemática reside nos equívocos e na pouca importância dada à educação popular desde a constituição do Estado Brasileiro. Para seu estudo, opta por realizar pesquisa histórica sobre a Escola Moderna e o contexto na qual ela se funda, entre os anos de 1889 e 1930, em São Paulo. Partindo da análise historiográfica sobre a educação popular no Brasil, onde são claras as poucas referências quanto à participação das classes operárias nos debates e nas iniciativas educacionais, sendo a elite a melhor atendida, o autor coloca como objetivo requalificar as concepções e formas de atuação educativa da Escola Moderna em São Paulo a partir das teses de Francisco Ferrer, que tinham como pressuposto o desenvolvimento de uma educação que suprisse as reais necessidades dos operários e seus filhos, que caminhasse lado a lado com os trabalhadores e que tornasse o indivíduo apto a se governar e a se constituir. A metodologia é pesquisa bibliográfica histórica, buscando, a partir de fontes não oficiais e normativas, uma oportunidade de rever parte da história educacional em que o discurso dominante não seja única fonte. As fontes primárias da pesquisa são: o livro de Francisco Ferrer, *La Escuela Moderna*, o Boletim da Escola Moderna, o Estatuto da Escola Moderna do Rio de Janeiro, os estatutos gerais da Liga Internacional para a Educação Racional da Criança. Outras publicações em jornais, panfletos e periódicos da época são utilizados como fontes para a pesquisa. O trabalho está dividido em três grandes partes: O contexto sócio econômico; Francisco Ferrer e a Escola Moderna; a Escola Moderna no Brasil. Na primeira, o autor discorre sobre a prática educativa da Escola Moderna, no contexto das lutas operárias do início da República. Aponta para as contradições existentes entre as modernas formas de trabalho e de vida e a exploração de mão de

obra, o que gerava conflitos sócio econômicos, nos quais os operários estavam mergulhados. Na segunda, dedica-se ao estudo das condições educacionais da época ressaltando as deficiências profissionais, as reformas educacionais e os interesses entre a burguesia nascente e a velha oligarquia cafeeira, no tocante à educação e às primeiras tentativas em estabelecer uma instrução voltada à maioria, os conceitos pedagógicos assumidos por uma grande parte do proletariado. A terceira parte trata das iniciativas educacionais implementadas pelos anarquistas e suas dificuldades para a implantação e as soluções encontradas. Mostra um pouco do cotidiano da Escola Moderna, a sociedade por eles idealizada e as formas de integração que se desenrolavam na prática pedagógica dessa Escola. Finalmente, tece comentários sobre o fechamento dessas instituições.

L.R.M.

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da praça – o lado noturno das luzes**. Campinas: Unicamp, 1999.

Procura compreender como, durante o período de 1840-1930, em diferentes momentos, diferentes sujeitos produziram diferentes formulações teóricas e realizações práticas, modificando a Escola Normal da Praça e gerando sentidos diversos para essa instituição, aparentemente fadada a ruínas. Por inúmeras vezes, a Escola Normal da Praça ocupou a centralidade no imaginário das classes sociais paulistas; no transcorrer da Monarquia e da República, mudou várias vezes de configuração e recebeu outras tantas denominações: Escola Normal, Escola Normal de São Paulo, Escola Normal da Capital, Escola Normal Secundária, Escola Normal Primária, Instituto Pedagógico, Instituto e escola Caetano de Campos entre outros. A primeira fundação da Escola Normal deu-se em 1846: instalada em edifício contíguo à velha Sé Catedral, foi fechada em 1867. A segunda fundação deu-se em 1875; dessa vez, funcionou em sala do curso anexo à Faculdade de Direito do Largo São Francisco, para ser novamente fechada em 1878. A terceira e última fundação deu-se em 1894; instalada conjuntamente com o Tesouro Provincial, na rua Imperatriz. Pouco tempo depois, em 1881, a Escola Normal foi transferida para um sobrado na colonial rua da Boa Morte, lá permanecendo até 1894, quando foi instalada definitivamente em edifício especialmente construído para abrigar uma escola, situado na Praça da República. A história da escola da Praça vem sendo produzida por diferentes sujeitos, a partir de uma concepção de história da educação brasileira, que, de um modo geral, pode ser caracterizada como enquadramento monográfico e descritivo; no entanto nessa obra, o autor tenta instaurar o moderno de sua época, mostrar a Escola com outra visão, atualizando-a perante seus conflitos e tensões originários da sociedade de classes, o fenômeno da urbanização acelerada e o surgimento de novas experiências de vida e possibilidades culturais. Trata-se, portanto, de apreender o movimento de constituição/instituição da Escola Normal da Praça e explicar as diferentes consciências e sentidos que os diferentes sujeitos produziram por conta própria e por meio de empresas socioculturais.

R.F.M.

MURASSE, Celina Midori. **A educação para ordem e o progresso do Brasil: o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1856-1888)**. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.

O objeto de estudo é o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, instituição de ensino profissional de iniciativa privada, voltada para o ensino público, criada em 1856, tendo como mantenedora a Sociedade Propaganda das Belas-Artes, e que serviu de modelo para a criação de outras instituições semelhantes no país. A autora faz um estudo metódico da documentação oficial do Liceu para conhecê-lo em seus pormenores, acompanhar a sua trajetória desde a fundação, identificar os personagens que se evidenciaram na sua criação e manutenção. No

entanto, a pesquisa educacional deve extrapolar a dinâmica interna dos estabelecimentos de ensino, pelo fato de considerar os homens em constante processo de transformação, modificando o conjunto de suas instituições em resposta às contínuas mudanças desencadeadas na organização do trabalho, e que esses estabelecimentos devem ser vistos enquanto resultantes de necessidades historicamente determinadas pela ação de homens que se enfrentarão para reorganizar suas próprias atividades. Os fenômenos políticos e econômicos mundiais, que ocorreram nos meados do século XIX, como a industrialização, o fim da escravidão e das monarquias, o advento das Repúblicas, voto universal, entre tantos outros, manifestou-se também no plano das idéias. Escola para todos, reorganização dos sistemas de ensino e criação de Liceus foram fenômenos determinados historicamente na época. O Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro foi instituído no interior desse processo que começa com a necessidade de transformação e termina com a realidade transformada, no qual o que fazer é tão certo como incerto é como fazer. No primeiro dos três capítulos do trabalho, demonstra-se que no processo de reordenamento internacional das relações burguesas, decretada pela Inglaterra, a organização do ensino técnico revelou não ser a garantia para atingir a liderança no progresso científico e técnico. O segundo capítulo é dedicado a apresentar um panorama geral sobre a sociedade brasileira em meados do século XIX, com ênfase no estado do seu desenvolvimento material diante da realidade mundial. No último capítulo relata-se que a origem do Liceu não foi fortuita e muito menos autônoma e que só poderia ser compreendido no âmago das relações sociais de produção do mundo que o engendrou.

L.R.M.

NASCIMENTO, Mary Ferraz. **O curso de Filosofia da Universidade de Sorocaba. Revisando o passado: análise crítica dos fatos e dos sujeitos que teceram um discurso fundador.** 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Sorocaba.

A autora apresenta os diferentes momentos do processo de construção histórica da Faculdade de Filosofia de Sorocaba (FAFI), hoje Universidade de Sorocaba (UNISO), desde sua fundação e implementação dos cursos até 1997, data de conclusão da dissertação, destacando a história do curso de Filosofia. A escolha do curso de Filosofia, embora este não tendo sido o primeiro curso oferecido pela FAFI, se dá pelo fato da autora considerá-lo um discurso fundador, uma vez que em todos os cursos segue-se o mesmo discurso Aristotélico-Tomista como linha ideológica. Numa abordagem historiográfica e historicista, a autora estuda a origem, a implantação e o desenvolvimento do curso de Filosofia da Uniso. Usou como procedimentos a análise de documentos e de entrevistas, buscando descrição dos fatos. A dissertação apresenta 4 capítulos e um vasto anexo, onde são encontrados documentos oficiais, programas dos cursos, programas de atividades extra-curriculares, estatutos, e recortes de jornais. O primeiro capítulo apresenta os objetivos e questionamentos que nortearam a investigação. O segundo capítulo é reservado à história da instituição e do curso, traçando um panorama da fundação da Faculdade, tendo a Prefeitura Municipal de Sorocaba como Mantenedora e a Diocese como aparelho administrativo e da formação do curso de Filosofia. Analisa tanto o desenvolvimento de percurso das instalações da instituição como da sua administração. O capítulo terceiro enfoca o curso de Filosofia Pura, que compreende o período de 1955 a 1997, como forma de compreender as alterações ocorridas no ensino propriamente dito e em sua relação com as mudanças na base econômica da sociedade. Os períodos analisados compreendem as diversas fases das políticas educacionais, em especial das Leis de Diretrizes e Bases de 1961 e 1971, o período militar que fechou os cursos de Filosofia no país, até sua retomada na década de 80. Enfoca o curso de Filosofia como discurso fundador da instituição. O quarto capítulo descreve o curso de Filosofia na sua identidade tradicional, de caráter academicista, livresco, hermético, conservador e desvinculado da realidade dos alunos, sem produção de conhecimento procurando entender a que interesses o currículo atende.

L.R.M.

NEILL, Alexander Sutherland. **Liberdade sem medo: Summerhill**. 23.ed. São Paulo: IBRASA, 1984.

Summerhill é uma escola Inglesa fundada em 1921 com idéias e práticas progressistas para sua época. O autor do livro e também fundador de Summerhill relata as experiências educacionais com um grupo de crianças, depois dos seus quase quarenta anos na direção da escola. As idéias de Neill foram consideradas por muitos autores, educadores e psicólogos da época como sendo extremamente avançadas. Parte do pressuposto de que toda criança nasce feliz e sua introdução no mundo, seja através da escola e/ou da rigurosidade da educação familiar ocasiona um desenvolvimento opressivo. Critica a educação que descarta o rigor da força física, mas utiliza a manipulação psíquica. A filosofia de Summerhill é de total liberdade, na qual as crianças e adolescentes decidem as regras sociais a serem seguidas. Neill trabalha a linha de pensamento Freudiana, estimulando não apenas o intelecto, mas o criativo e as artes.

B.E.P.M.

NEUBAUER, Rose. **Escola nas férias: mais uma oportunidade de aprender**. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação, 1997.

Nesta matéria, encontra-se o Projeto Escola nas Férias desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo. Pode se constituir como mais uma possibilidade do aluno superar algumas de suas dificuldades encontradas no decorrer do ano letivo, avançando na aquisição de conceitos e habilidades e progredindo na sua escolaridade. O que se pretende é oferecer ao aluno uma nova oportunidade de aprender, e à escola a possibilidade de ensinar bem a todos, sempre. Um ponto básico apresentado é a concretização de ações que visem recuperar este aluno em aspectos não só relacionados às aprendizagens cognitivas, mas também no resgate de sua auto-estima, procurando levá-lo a readquirir a confiança em sua capacidade de aprender e, assim, ampliar as possibilidades e desenvolver algumas habilidades que lhe permitam dar continuidade aos estudos. A proposta de "Estudos de Recuperação e Avaliação nas Férias" tem como pressuposto básico a crença nas possibilidades dos alunos e entende o conhecimento como um processo dinâmico e interativo entre o sujeito que aprende e o objeto a ser conhecido. As propostas curriculares visam possibilitar ao aluno o desvendamento do mundo, estimulando o seu processo pessoal de conhecimento. As metodologias de ensino sugeridas nas propostas consideram as relações entre os conteúdos trabalhados e o grupo de alunos, em seu contexto social e escolar. Não se trata de fazer com que os alunos dominem uma determinada quantidade de informações, mas sim, mobilizá-los para a busca do conhecimento. Para o êxito da proposta espera:

Do professor – interesse; envolvimento; comprometimento; firmeza (que o aluno é capaz de aprender, e o professor de ensinar); clareza dos objetivos, concepção de avaliação e de ensino aprendizagem; que acompanhe e partilhe com o aluno; que faça reflexão consciente; que considere a importância do trabalho; que conheça os pontos de chegada necessários para que o aluno possa prosseguir os seus estudos; e que considere a recuperação como mais uma oportunidade dada ao aluno para aprender e para a escola cumprir o seu papel social de não exclusão do aluno.

Dos pais – apoiem a iniciativa da escola; garantam a assiduidade do seu filho às aulas; e acreditem na capacidade de aprendizagem e sucesso de seu filho, ajudando a escola a trabalhar sua auto-estima e auto confiança.

Do aluno – acredite em suas possibilidades de aprendizagem; empenhe-se para o desenvolvimento das habilidades e conceito necessários; compareça às aulas de recuperação; e tenha consciência de seus progressos e dificuldades.

Das equipes técnicas das escolas e das delegacias – apoiem e orientem os professores quanto à conceitos, habilidades e pontos de chegada a serem trabalhados; clareza de objetivos da proposta; critérios e concepção de avaliação, considerando as condições reais do aluno antes

e depois da recuperação; infra-estrutura adequada às necessidades; garantam providências necessárias para a freqüência às aulas; partilhem com a família dos alunos a responsabilidade de ajudá-los; acreditem na competência de uma proposta de recuperação em prol do aluno, visando sua promoção para a série subsequente.

A.J.F.

NEUBAUER, Rose S; NOGUEIRA, Madza J. **A escola pública e o desafio do curso noturno**. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1987.

A obra, a partir do cotidiano de um professor e seus diálogos, faz reflexões sobre educação e, especialmente, o curso noturno. Comenta as agruras do professor, seus baixos salários e como a educação brasileira não é tão democrática quanto deveria ser. Discute a questão da exclusão dos mais pobres que é feita pela escola, principalmente do aluno trabalhador, que vê na educação a esperança de um futuro melhor. Através de uma sarcástica "Via Sacra", comenta através de "mistérios" os regulamentos da escola, as vicissitudes do Diretor, a institucionalização do caos, do planejamento, da integração da equipe e como a escola pode "produzir" fracassos. Finalmente, discute como a clientela escolar pode ser "vítima" dos professores, que de certa forma também são vítimas e ficam como "bodes expiatórios" juntamente com os diretores. Propõe que haja medidas de emergência, como num pronto-socorro, para que a legislação educacional se realize efetivamente.

S.K.B.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

O livro resultou da pesquisa sobre o que Gramsci escreveu a respeito de escola: as polêmicas, as propostas e as experiências didáticas realizadas por ele na Itália. O autor justifica as suas preocupações, que são de duas ordens: primeiramente, tratou de compreender a escola proposta por Gramsci no caldo dos acontecimentos econômicos e políticos em que foi elaborada e para demonstrar que, para Gramsci, a escola moderna tem no industrialismo seu princípio pedagógico, entendendo-o como momento educativo da própria liberdade humana. A tese de Gramsci afirma ser o trabalho o princípio e o fato educativo da escola. A mensagem pode ajudar a resolver nossos traumas históricos e culturais diante da complexa questão da modernidade, que necessita de respostas concretas. Para Gramsci, a escola unitária cresce junto com a sociedade unitária e articula a formação profissional com a humanista. Entendia Gramsci que "para o proletariado é necessária uma escola desinteressada. Uma escola que dê à criança a possibilidade de se formar, de se tornar homem, de adquirir aqueles critérios gerais necessários para o desenvolvimento do caráter. Também os filhos dos proletários devem ter diante de si todas as possibilidades, todos os campos livres para poder realizar sua individualidade de forma melhor, e por isso no modo mais produtivo para eles e a coletividade". "Unitária" é uma categoria mestra ou chave do pensamento de Gramsci e a dinâmica do seu pensar se configura com o esforço de superar a contradição instalada na história, que busca dicotomizar a realidade, violentando sua natural harmonia. Essa dicotomia fez com que direcionasse seu esforço intelectual em busca da unitariedade perdida, ou da recomposição orgânica da história. Entende o autor, que continuando o caminho aberto por Marx, Gramsci afirma ser, a liberdade, a essência do moderno trabalho industrial e de sua ciência correspondente, sendo, portanto, histórica e que deve ser estudada, compreendida, resgatada, concretizada e ensinada. Então, a liberdade concreta, universal e historicamente obtida, gestada pelo trabalho industrial e universalizada pela luta política, consiste no objetivo último da escola de Gramsci.

Z.G.M.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **A Escola Profissional de São Carlos**. São Carlos: Ed. UFSCar, 1998.

Pesquisa sobre a escola Profissional de São Carlos, hoje denominada Escola Técnica Estadual Paulino Botelho, também conhecida como Escola Industrial. Com a publicação de seu trabalho os autores pretenderam homenagear uma instituição estimada pela cidade, onde se formaram, durante décadas inúmeros técnicos especializados. O livro é composto de três partes. Na primeira foi reconstruída a história da criação e da instalação da Escola Profissional. Na segunda, narra-se a evolução histórica da instituição desde 1932. Na terceira parte, retrata-se a vida da escola, focalizando o prédio, os alunos, os professores e administradores, a convivência cotidiana e as exposições dos trabalhos individuais dos alunos, expressão significativa do tipo de saber dessa escola. Na conclusão, são expostas as principais teses e o levantamento dos problemas.

R.F.M.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **USP. Escola de Engenharia de São Carlos. Os primeiros tempos: 1948-1971**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2000.

Resgate da história da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (EES/USP). A criação dessa escola de nível superior numa cidade do interior paulista com apenas quarenta mil habitantes, no final dos anos 40, foi ato de grande ousadia. A posição da cidade, no centro geográfico do estado, seu impulso industrial, suas vitoriosas escolas Normal e profissional contribuíram para a concretização de tão arrojado projeto. Após muitas vicissitudes políticas, essa faculdade foi criada pela lei estadual nº 161, de 24/9/1948, e instalada quatro anos depois, pela lei Estadual nº 1968, de 16/12/1952, que definiu sua estrutura administrativa e didática. A Escola, referência nacional na formação de engenheiros, tornou-se o novo diapasão do florescimento do ensino superior no município, valorizou o estudo das Ciências Exatas, aproximou as pesquisas das indústrias e introduziu a problemática da tecnologia no horizonte da tradição técnico-profissional. O livro compõe-se de sete tópicos. O primeiro conta a história da criação da Escola de Engenharia de São Carlos desde as primeiras manifestações populares em prol da escola, passando pelas discussões e articulações políticas na Assembléia Legislativa e na Câmara Municipal, até a aprovação da lei estadual que a criou. Descreve, ainda, as providências necessárias para a instalação da escola. Os tópicos de dois a cinco descrevem o clima cultural dos anos 50, os primeiros anos, a construção das instalações, o projeto pedagógico e os professores mais antigos. O sexto descreve as trajetórias escolares e profissionais de vários formandos das primeiras turmas. A partir dessas trajetórias, pode-se traçar um perfil do engenheiro formado pela EESC/USP. Finalmente, o sétimo tópico trata da expansão e da consolidação da escola, ocorrida nos anos 60.

R.F.M.

NOSELLA Paolo; BUFFA Ester. **Universidade de São Paulo. Escola de Engenharia de São Carlos. Os primeiros tempos: 1948-1971**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2000.

O livro versa sobre a Escola de Engenharia. É parte de uma trilogia iniciada com o estudo da antiga Escola Normal de São Carlos, seguindo a análise da Escola Profissional de São Carlos. A origem, criação, instalação, desenvolvimento e consolidação da Escola de Engenharia de São Carlos são contadas com objetividade e leveza. Além de ser sumário para disciplinas pedagógicas, sua metodologia inspira e instrumenta vários caminhos no campo das monografias e dissertações interessadas em explorar a história das Instituições Escolares. Sua importância se deposita no fato de que a Universidade, instalada no interior do Estado de São Paulo nos anos 50, evidenciando a interiorização do ensino superior neste Estado. A Escola de Engenharia de São Carlos, por

ousadia e excelência, é referência na formação de engenheiros, valoriza o estudo das Ciências Exatas, aproxima a pesquisa das indústrias e questiona o problema da Tecnologia na formação tradicional técnico-profissional. Estuda ainda como se dá a formação do engenheiro nesta escola e a compara com as outras escolas de engenharia como a Politécnica e o Mackenzie. Traz fotos das várias etapas da constituição da escola, salas de aulas, laboratórios, fachadas, etc., e entrevistas com ex-alunos das mais diversas turmas, onde se conta um pouco das suas biografias.

E.M.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Esther. **Schola Mater – A Antiga Escola Normal de São Carlos 1911 – 1933**. São Carlos: Ed. UFSCAR, 1996.

Retrata a Escola Normal da Primeira República ou da Velha República. Estuda sua origem, criação, construção, e instalação. Investiga a organização e a vida econômica, política e cultural da cidade de São Carlos no início do século. Traz fotos ilustrativas de alunas, do corpo docente, das salas de aulas, laboratórios, secretaria e planta da escola. Procura desvendar os vários significados do prédio: projeto, implantação, estilo, organização do espaço. Retrata o perfil do corpo docente e administrativo: diretores, catedráticos, lentes. Estuda a clientela, formada sobretudo pelas filhas de fazendeiros e ricos comerciantes, e os conteúdos escolares. Através de documentos como Livro de ouro, artigos e revistas, discursos de paraninfos, currículo, programas e depoimentos, monografias de alunas, retrata o clima cultural dos anos iniciais da Escola Normal. A história da Escola Normal é de caráter interpretativo, e síntese teórico-interpretativa da história da educação do município de São Carlos. Desta forma, traça a relação da elite com o trabalho e com os trabalhadores das lavouras.

M.M.F.

OLIVEIRA, Afonso Celso de. **Tudo começou na escola profissional: o ensino industrial em Sorocaba como matriz para o trabalho no Brasil e América Latina**. Sorocaba: Academia Sorocabana de Letras; Prefeitura Municipal de Sorocaba; SEC; FACED; Conselho Municipal de Cultura, 1995.

Escrita em 1975, e sem caráter científico, segundo advertência no prefácio, é uma obra testemunhal, mesclada com algumas entrevistas sobre a Escola Profissional de Sorocaba, fundada em 1929. Está dividida em cinco capítulos e, como adverte o prefaciador, deve ser entendida como “elemento instigador de pesquisas que lancem novas luzes sobre o tema”. O primeiro capítulo, trata da integração entre a escola e as oficinas da Estrada de Ferro Sorocabana, que mantinha na cidade um dos seus principais centros de manutenção de ferrovias. O segundo recorda um discurso comemorativo ao 25º aniversário do Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), no qual um dos oradores faz alusão ao fato de que a origem da entidade está associada à escola sorocabana. No terceiro e quarto, relatam-se os pedidos feitos ao então presidente da Província, Júlio Prestes de Albuquerque, para a implantação de escolas na cidade. No quinto capítulo, “Incidentes Curiosos”, o autor trata de reminiscências escolares. Nas considerações finais, Oliveira, reconhecendo que sua obra tem mais caráter evocativo do que histórico, reforça a necessidade de se pesquisar a importância da Escola Profissional Dr. Fernando Prestes na eclosão do Senai.

J.C.G.

PARO, Vitor H. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamã, 2000.

Tese de Livre-Docência. Por ocasião de sua defesa, alguns membros da Banca Examinadora chamavam a atenção para o fato de que seu conteúdo ia muito além do título, sugerindo

inclusive que o trabalho se chamasse simplesmente "Escola Pública". Opiniões de colegas educadores que leram a Tese posteriormente só fizeram reforçar a idéia de que o título original não abrangia todo o conteúdo do trabalho, conteúdo esse que não interessava tão-somente aos estudiosos da participação na escola, mas sim a todas as pessoas direta ou indiretamente envolvidas com as questões da escola pública no Brasil. O livro retrata a escola pública de hoje de forma pungente e dramática. Com base em pesquisa de campo, Vitor Paro, traz à luz o multiforme e contraditório cotidiano da escola pública de primeiro grau, num levantamento empírico que envolveu um sem-número de aspectos e que acaba por nos revelar o modo efetivo da "desconstrução" da escola pública brasileira. Uma obra que comove pela dramaticidade do real e pelo estilo envolvente do discurso, numa redação clara, didática e aprazível de se ler, mas também faz pensar, pela seriedade da análise e pela relevância do tema.

F.L.M.

PARO, Vitor H. et al. **Escola de tempo integral o desafio para o ensino público**. São Paulo: Cortez, 1988.

Aborda as múltiplas questões originadas pelo debate a respeito da extensão diária da escolaridade no sistema público de ensino. Os autores expõem e analisam os fatos e relações que se dão no nível da prática escolar diária de duas experiências – um Centro Integrado de Educação Pública (CIEP), no Rio de Janeiro, e um projeto de extensão do período escolar diário, implementado em Assis, no Estado de São Paulo, e subvencionado pelo Programa de Formação Integral da Criança (PROFIC). A partir do confronto entre os discursos e intenções, e a forma que estes assumem no nível de sua efetivação, introduzem a discussão dos principais problemas referentes à questão da escola de jornada completa para o sistema público, tanto no nível pedagógico e institucional, quanto no nível social mais amplo. O livro dispõe de três capítulos: no primeiro, descreve-se a experiência carioca dos CIEPs, com base nos dados coletados na unidade escolar visitada; O segundo trata da experiência educacional, no município de Assis, do PROFIC; no último capítulo enfoca mais detidamente as questões que se colocam para a alternativa da Escola Pública de Tempo Integral.

F.L.M.

PEREIRA, Willian C. C.; PEREIRA, Maria A. **Uma escola no fundo do quintal**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

Retrata experiência de um grupo de pais e professores na criação de uma escola de educação pré-primária, a Escola Cooperativa Mangueira, na cidade industrial de Contagem, Minas Gerais. O livro é composto por sete partes, sendo que na primeira e na segunda parte, os autores contam a origem e a história desse grupo, suas estratégias e objetivos, sua organização em equipes de trabalho e suas funções. A linha psicopedagógica está descrita na terceira parte, mostrando que devagar, o grupo foi misturando o seu próprio saber com o dos teóricos de educação como Terezinha Éboli, Madalena Freire, Piaget, Freinet, Lapierre e outros. Na quarta parte são descritas as assembléias, como mecanismos de produção coletiva da Cooperativa. Além da função de estudo e produção do saber, elas funcionaram também como espaço de decisão e participação coletiva na organização. Os momentos de crise pela qual a Cooperativa passou, são abordados na quinta parte. Nessas crises, várias potencialidades eram descobertas, novos elementos surgiam com mais vigor e as propostas pedagógicas se concretizavam ainda mais. A avaliação da Cooperativa foi descrita na sexta parte, onde o grupo avalia, critica, confronta-se com outras experiências e acusa os ganhos obtidos com o Mangueira. Finalmente, a sétima parte descreve a conclusão dos autores sobre o trabalho realizado.

F.L.M.

PETITAT, André. **Produção da escola/produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

A obra divide-se em três partes. A primeira traça panorama das principais teorias sociológicas da educação, centrando atenção em suas relações com a História. A segunda dedica-se aos colégios, escolinhas de caridade, escolas técnicas superiores e inferiores e aos sistemas escolares estatais. A cultura escolar organiza-se em subconjuntos sócio-simbólicos que se definem uns aos outros e que muitos historiadores deixam de apreender esta visão de conjunto ao concentrar-se em uma única instituição ou em um único nível escolar. A terceira parte aborda, dentro de uma perspectiva histórica, os problemas sociológicos contemporâneos da desigualdade de oportunidades. O trabalho orienta-se para o questionamento das teorias da reprodução em educação. As teorias sociológicas, sejam de inspiração funcionalista, marxista ou weberiana, embora explicando realidades importantes, apóiam-se em hipóteses de reprodução, seja dos valores dominantes, da exploração ou do poder e são incapazes de incluir o dinamismo histórico. O autor entende que a evolução ocorre apesar dos sistemas de ensino; que a realidade é contraditória e múltipla e se a escola reproduz, por outro lado, contribui para a produção social. No entanto, a escola produtora só pode ser apreendida considerando-se que existe um movimento conduzindo todo o complexo. A oposição entre escola produtiva e escola reprodutiva está diretamente ligada a um grande conflito entre: a contribuição para as transformações sociais, para o advento da democracia e da república, para o recuo do obscurantismo religioso e da ignorância e a internalização de hábitos ordeiros, disciplinados e submissos à ordem estabelecida. A escola é produtora de mobilidade e imobilidade sociais, na medida em que participa ativamente da seleção dos alunos, de sua orientação e de suas escolhas e é reprodutora quando contribui para a manutenção da dominação de classes ou do equilíbrio social.

Z.G.M.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. **A Educação feminina durante o século XIX: Colégio Florence de Campinas 1863 – 1889.** Campinas: Centro de Memória – Unicamp, 1996.

O que as mulheres ensinavam e aprendiam no Brasil do século XIX? Nesse trabalho, que trata especificamente do Colégio Florence de Campinas, as questões foram respondidas no próprio caminho educacional que sua fundadora percorreu e junto com ela mestres e alunas. Fundado pela educadora alemã Carolina Krug Florence em 1863, o Colégio Florence foi um dos mais acreditados e de maior permanência durante o Segundo Império. Em Campinas, a cultura do café, os grandes fazendeiros, o regime de parceria e a imigração favoreceram as transformações do comportamento social e político dos campineiros. O fato de haver muitos liberais e republicanos, opositores ao governo monárquico, que viam na educação a solução para o desenvolvimento do país, facilitou a fundação do Colégio Florence para o sexo feminino. Liberto da tradição secular que vinha consagrando o predomínio das humanidades clássicas nos estudos preparatórios e influenciado por Pestalozzi, esse estabelecimento laico caracterizou-se pela importância atribuída às línguas modernas e às ciências, especialmente consideradas em suas aplicações práticas. Quanto às alunas, filhas dos Barões do Café, muitas assumiram depois atividades profissionais como artistas, professoras diretoras de escolas. Esse trabalho dá uma visão da trajetória da educação feminina em Campinas e com ela a oportunidade de observar o cotidiano dessas mulheres. Experiências que as transportam da vida privada para a esfera pública.

R.F.M.

ROMEU, Sonia Aparecida. **Escola: objetivos organizacionais e objetivos educacionais.** São Paulo: EPU, 1987.

A obra é parte da *Coleção Temas Básicos de Educação e Ensino*, que tem o objetivo de auxiliar os profissionais de educação a desenvolver melhor seu trabalho. No primeiro capítulo,

define-se o que são objetivos organizacionais, sua hierarquização e como são estabelecidos. Comentam-se as relações entre a organização e o ambiente (dimensão externa) e sua estrutura formal e informal (dimensão interna). Comenta ainda sobre a responsabilidade pela fixação dos mesmos e o jogo de poder interno e externo à organização. Comenta sobre eficiência, efetividade e eficácias organizacionais e sua interdependência, sua complementaridade. O segundo capítulo trata dos sistemas escolares e o estabelecimento de objetivos educacionais, colocando a escola como uma agência educativa, que pelas suas funções se destaca entre as instituições sociais. Apresenta características dos sistemas escolares e de seus subsistemas, salientando que possuem na organização uma certa identidade. Propõe que a administração deve possibilitar a harmonização do trabalho de forma a relativizar os conflitos existentes para se orientar para os objetivos estabelecidos. Trata da dinâmica interna da escola e a formulação de objetivos e as relações escola-ambiente. Aborda os objetivos educacionais em relação aos objetivos organizacionais. Destaca, sem desconsiderar as imposições do próprio sistema, o poderoso espaço de ação existente. No terceiro capítulo, através de estudo feito sobre escolas públicas do Estado de São Paulo – que compunham uma das Delegacias de Ensino da Região do Vale do Paraíba, situada no eixo Rio-São Paulo – procura fazer relação entre o estabelecido no plano formal e o efetivamente praticado, concluindo que “cada escola deve buscar o seu caminho e toda a energia do seu pessoal, sendo uma, e não mais uma unidade do sistema”. O “aperfeiçoamento do trabalho da escola está muito mais nas mãos dos seus integrantes do que nas medidas oficiais e nas normas emanadas dos administradores de cúpula”.

S.K.B.

SANTOS, Manoel Isaú Souza Ponciano dos. **Luz e sombras – Internatos no Brasil**. São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 2000.

História da aplicação do sistema salesiano de educação, em três internatos de São Paulo, de 1883 a 1975. Apresenta o panorama histórico sócio econômico em que foi desenvolvida a ação educativa salesiana sob o modelo de internato. Examina a história precedente dos internatos na sociedade e literatura brasileira. Explicita a pedagogia salesiana e as origens do sistema salesiano de educação, ou seja, Sistema Preventivo de Educação, sua construção, por Dom Bosco, no Piemonte, Itália, modelo para a Congregação Salesiana na Itália e nos países onde se instalou. O estudo não discute o mérito do sistema educativo. História a aplicação de alguns instrumentos mais expressivos da estrutura administrativa e regulamentar, as práticas religiosas e associativas, recreativas, desportivas e militares, culturais, e as práticas disciplinares e avaliativas. Mostra a contínua tensão gerada pela adaptação do Sistema Salesiano às condições sócio-culturais-religiosas brasileiras no que diz respeito à aplicação de alguns de seus instrumentos: saídas, férias, missa diária, cinema, reclusão.

M.M.F.

SEVERO, Ricardo. **O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo**. São Paulo: Oficina de Artes Gráficas do Liceu, 1934.

Edição comemorativa de sessenta e um anos de existência do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Inicia-se com um histórico no qual afirma que o Liceu se realizou na “Primeira Universidade Nacional, Livre e Popular do Trabalho”. Sua trajetória é narrada a partir de 1873, quando ainda era denominado Sociedade Propagadora de Instrução Popular, evidenciando a inspiração liberal e os ideais republicanos que orientaram o desenvolvimento das atividades do Liceu. O livro apresenta ainda diversas figuras, dentre elas, fotografias de conselheiros, dos prédios, de oficinas, além de trazer os estatutos, regulamentos, programas e até diplomas conferidos pelo Liceu.

D.R.M.S.

SHEEN, Maria Rosemary C. Campos (org.). **Recortes da história de uma universidade pública: o caso da Universidade Estadual de Maringá**. Maringá: Eduem, 2001.

Resgata a história da Universidade Estadual de Maringá, a partir de “recortes”, permitindo visualizar a situação vivida pelas universidades públicas brasileiras e na luta em busca de uma instituição universitária de natureza efetivamente pública e autônoma, ao invés da heteronomia competitiva do mercado. Compõe-se de oito textos escritos por diferentes autores, sendo que, à exceção de um, todos referem-se à Universidade Estadual de Maringá/Pr, abrangendo aspectos centrais de organização e funcionamento dessa universidade. O primeiro texto analisa o contexto da criação das universidades estaduais do Paraná, situando o papel dessas instituições no processo de luta pela hegemonia política e ideológica que se travava no país, no período estudado. O segundo texto trata da história da instituição e demonstra os objetivos proclamados na legislação e os praticados pelos grupos responsáveis pela construção da universidade. O terceiro texto e implementadas pela UEM. O quarto também aborda a história da instituição, porém, com destaque para as atividades de extensão organizadas texto aborda o projeto político-pedagógico dos cursos de graduação, focalizando os colegiados, estudados a partir das atas de suas reuniões. O quinto texto tem como objetivo a análise dos Conselhos Universitário, de Ensino, Pesquisa e Extensão e de Administração, tendo como eixo central, a formulação das políticas traduzidas nas decisões desses órgãos, no período de 1978 a 1990. O sexto texto trabalha a trajetória das lutas do movimento estudantil da UEM, criada no bojo da reforma universitária implantada pela ditadura militar. O sétimo texto aborda as entidades associativas de docentes e funcionários da UEM e sua atuação nas sucessivas greves desde a criação da universidade. O oitavo texto, embora não tratando especificamente da UEM, aborda a política educacional do governo federal que, não avocando para si a responsabilidade pelo ensino superior, garante a oferta e manutenção desse nível de ensino pela iniciativa privada.

Z.G.M.

SILVA, João José da. Colégio Nossa Senhora do Patrocínio: uma lição de amor e fé que o tempo não apagou. **Revista Campo e Cidade**. Itu: n. 6, abr. 2000.

Número da revista dedicado à narração da trajetória do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, passando por sua idealização, construção, atuação, condições presentes e projetos de realizações futuras. São treze os “capítulos” em que se divide o texto, e tratam de vários temas relacionados ao Colégio, que se iniciam com a biografia da fundadora, Madre Maria Teodora, religiosa francesa que em 1989 foi reconhecida como “Venerável” pelo Vaticano, e cujo processo de beatificação e canonização está em curso desde que uma série de “milagres” foi atribuída a ela. A retrospectiva histórica documenta o planejamento pela Igreja de uma instituição educacional para mulheres, com o objetivo de formar verdadeiras “multiplicadoras” dos princípios morais católicos. A organização de instituições de educação feminina fazia parte da estratégia da Contra-Reforma. A escolha da sede para esse Colégio foi planejada com cuidado; o texto mostra que a Igreja escolheu a mais importante cidade da Província para acolhê-lo. A história da instituição passa pela mudança administrativa, ocorrida com a compra da instituição pela Sociedade de Ensino N. Sra. do Patrocínio das religiosas Irmãs de São José, em 1969, até então encarregadas de sua gestão. O texto mostra que com a mudança administrativa ocorre expansão nas atividades oferecidas e como a criação de vários cursos superiores leva à formação e reconhecimento pelo MEC do Centro Universitário (CEUNSP). Hoje, a instituição estende seus cursos do ensino infantil até a pós-graduação e possui vários campi nas cidades de Itu e Salto. Está presente a referência ao conjunto arquitetônico que abriga o CEUNSP, fotos e uma breve descrição de seu processo de tombamento pelo Patrimônio Histórico. Ainda há trechos com entrevistas com alunos, ex-alunos, professores e religiosos envolvidos com a Instituição.

D.R.M.S.

SILVA, Maria Aparecida F. do Amaral. **Educação de mulheres no Vale do Paraíba: Colégio do Carmo: 1892 –1910.** Guaratinguetá, 2001.

Enfoca a questão da educação feminina no Brasil em especial na região do Vale do Paraíba paulista, no final do Império e nas primeiras décadas da República. Região tradicionalmente agrícola, dominada pelos grandes produtores de café, titulares do Império, traficantes de escravos. O Vale do Paraíba, a exemplo do que acontecia no resto do Brasil, não tinha grandes preocupações com a educação de mulheres. Baronesas e Viscondessas, sinhás e fazendeiras, a maioria delas, quando muito assinava o nome e sua educação era em casa com as preceptoras alemãs, francesas ou inglesas ou nos raros colégios particulares; resumia-se a aprender a “serem boas donas de casa”, a vigiar as escravas e a obedecer aos maridos. Os primeiros colégios a se estabelecerem no Vale do Paraíba voltados para a educação de meninas foram o Colégio do Bom Conselho em Taubaté (1879) e o Colégio Nossa Senhora do Carmo (1892). O Colégio do Carmo, sede das salesianas no Brasil, formou gerações de jovens e se constituiu em patrimônio histórico e cultural no vale do Paraíba. A obra á uma idéia muito clara da sociedade e das instituições escolares para a formação de meninas numa época de conflitos e de transição e busca de novos valores.

R.F.M.

SILVA JÚNIOR., J. R. **A Formação da Universidade Metodista de Piracicaba: um estudo histórico sobre administração escolar.** Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Estudo do movimento do Instituto Educacional Piracicabano (IEP) e sua transformação, primeiramente nas Faculdades Integradas e depois na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), durante o período de 1964 até 1978, período da ditadura militar. Em um primeiro momento, tratou-se de aclarar a inserção do Instituto Educacional Piracicabano (IEP), no ensino superior, como decorrência da debilidade da instituição no nível médio de ensino, objetivando compreender a contradição estabelecida entre o político e o econômico na primeira metade da década de 1960. Em um segundo momento, buscou a análise do movimento político-administrativo das faculdades do IEP (Faculdades Isoladas); sua transformação em Faculdades Integradas e posteriormente na UNIMEP, no contexto da expansão do ensino superior privado no Brasil. A UNIMEP teve sua origem nos elementos históricos do ensino superior surgidos com a Reforma de 68, que transformou esse nível de ensino numa indústria do conhecimento e cujo objetivo primordial era o lucro, em detrimento do processo educativo a ser construído. No entanto, a despeito de sua origem histórica, a UNIMEP apresentava uma conjuntura institucional contraditória: enquanto a maioria das instituições privadas de ensino superior inibia qualquer organização dos estudantes, dos docentes e funcionários, na UNIMEP, essas associações mantinham um diálogo constante com a reitoria da universidade. A UNIMEP acabou por constituir-se num ancoradouro dos professores banidos das universidades públicas, em razão da orientação político-ideológica dominante no período militar, em especial na ditadura Médici. O fortalecimento do movimento docente e estudantil iniciou, na universidade, um processo de desburocratização e socialização do poder, através de uma vida colegiada não meramente regimental. A análise da especificidade da universidade levou à conclusão de que a direção do movimento político-administrativo de uma universidade é função do grau de organização de seus segmentos institucionais e das condições históricas onde está inserida. Dada a constituição dos segmentos organizacionais, o movimento poderá contribuir para a conservação ou a transformação da ordem historicamente estabelecida.

Z.G.M.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo.** São Paulo: Unesp, 1998.

Investiga a construção social e cultural da escola primária graduada e as finalidades políticas de um projeto de educação voltado para a moralização e civilização da população brasileira, e como o grupo escolar contribuiu para a formação de nova ordem escolar e de uma identidade própria. A obra compõe-se de cinco capítulos. No primeiro capítulo, a autora disserta sobre a institucionalização dos grupos escolares no Estado de São Paulo, motivada pelas condições sociopolíticas reinantes e a influência dos modelos educacionais em circulação nos países avançados. No segundo, disserta sobre a inserção do grupo escolar no meio urbano, mostrando a relevância social dessas escolas na cidade e a implicação das mesmas na produção e reprodução das práticas culturais urbanas. No terceiro, explora o conceito de espaço como elemento educativo, assim na análise da distribuição do espaço interno dos prédios escolares como implicação na produção da disciplina e de uma nova ordem escolar. No quarto, mostra como a escola primária brasileira trabalhou para desenvolver o conceito nos alunos, dos valores básicos dos ideais republicanos. Método de ensino, programa de ensino, organização de horários, são a articulação de uma rede disciplinar. No quinto, disserta sobre a consolidação do imaginário sociopolítico da República através das comemorações, o uso das figuras heróicas, as exposições escolares e os símbolos nacionais.

R.F.M.

SPOSITO, Marília Pontes. **O povo vai à escola – a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo**. São Paulo: Edições Loyola, 1984.

Investiga o crescimento da rede de escolas públicas de ensino secundário de São Paulo. Reconstitui, passo a passo, o processo de criação de novos ginásios públicos, desde 1940, quando eram apenas três, até por volta de 1970, quando já se aproximavam de quatro centenas. Examina em profundidade os mecanismos de decisão que prevaleceram na expansão da rede de escolas; situa, em seu devido lugar, a importância da criação do ensino secundário noturno; explicita as condições de conjuntura que determinaram a multiplicação das denominadas extensões das escolas secundárias já existentes em meados de 1950. No âmbito da análise então desenvolvida vão surgindo, cada um no seu lugar próprio e também na trama de relações que mantém uns com os outros e com a situação de conjunto, os diversos agentes envolvidos na transformação do sistema de ensino: intelectuais, administradores, educadores, políticos, partidos, a grande imprensa, a política populista, as organizações populares, as sociedades de amigos de bairros, os movimentos sociais.

R.F.M.

BAHIA. Universidade Federal da Bahia. **Memorial da medicina**. Salvador: Ed. UFB, 1983.

A Universidade Federal da Bahia imprimiu 1500 exemplares deste livro, por ocasião da inauguração do Memorial da Medicina – no edifício do antigo Colégio dos Jesuítas em pleno terreiro de Jesus, em Salvador, reverenciando a medicina nacional, cujo berço se encontra ali, bem como a própria educação superior no Brasil. Durante a breve permanência da corte portuguesa na Bahia, em 1808, D. João praticou dois atos de relevância para o futuro da nação: a abertura dos portos brasileiros às nações amigas de Portugal e a criação da primeira escola de Medicina no Brasil. Em 1º de Abril de 1813, um decreto do príncipe regente muda a denominação da Escola para Academia Médico-cirúrgica e em 1832 uma “carta de lei” da Assembléia Legislativa do império, em nome do imperador D. Pedro II, consagra-lhe o título de Faculdade de Medicina usado até hoje. Reuniu-se no memorial um século e meio da cultura médica baiana, constituído por teses, documentos, livros raros, peças e objetos de várias naturezas, já considerados como relíquias, que fazem parte do setor de obras de arte. Pode-se encontrar por exemplo teses que datam de 1836 que assumem grande importância, especialmente os trabalhos oriundos

da Escola Tropicalista, com representantes renomados como o Dr. Antonio José Alves – pai do poeta Castro Alves, ou Dr. Pirajá da Silva – descobridor do esquistossomo e muitos outros. Além disso, a Faculdade de Medicina foi sempre um centro dos acontecimentos, não só de caráter médico, científico ou cultural, mas também de episódios de interesse social e político, conforme comprova seu exuberante arquivo, cujos documentos perfazem 5.300.000 páginas. O setor de livros raros possui muitos exemplares que datam desde o séc. XIV ao XIX, muitos ainda em latim, como as coleções completas sobre a Flora Brasiliensis de Martius. O livro oferece muitas fotografias de vários professores da referida faculdade, bem como de espaços importantes, atuais e antigos: as salas de recepção e da congregação com mobiliário conservado da época; documentos raros assinados pelo príncipe e até a cópia do diploma da primeira mulher formada em medicina no Brasil.

E.M.

VIDAL, Diana Gonçalves. **O exercício disciplinado do olhar: livros, leitura e práticas de formação docente no Instituto do Distrito Federal (1932-1937)**. Bragança Paulista: Ed. USF, 2001.

A obra foi dividida em cinco capítulos. No primeiro, a propósito do reconhecimento do espaço e das relações sociais existentes na escola, foi realizada breve descrição do cotidiano escolar, uma caminhada descontraída por corredores, pátios e salas de aula. O segundo capítulo foi escrito com o objetivo de destacar a administração de Anísio Teixeira diante dos dispositivos da reforma azevediana, estabelecendo contrastes e marcando sua singularidade. Ainda, nesse capítulo, demarcam-se fronteiras entre o pensar e o fazer de Anísio Teixeira e de Lourenço Filho, na perspectiva de que a construção destes diversos olhares permita a percepção do espaço escolar do Instituto, como local de conflito e consenso. No terceiro capítulo, foram narradas as atividades do curso de formação de professores, numa tentativa de demonstrar como era constituída a prática docente; com a descrição dos inquéritos e investigações nas diversas unidades do Instituto, tem a expectativa de apontar momentos em que a escola funcionou como campo de experimentação de novos métodos e de constituição de uma ciência pedagógica. No quarto capítulo, foi analisado o movimento do acervo da biblioteca, buscando perceber como, mediante consultas, frequências e aquisições, priorizavam-se leituras e livros e lançavam-se as bases para a constituição de uma nova cultura profissional docente. No último capítulo, foram analisadas as novas formas de ler instituídas pela escola, particularmente, via introdução de estudos seminarizados, ênfase da leitura silenciosa e preocupação com o ler extensivamente. Foi dada atenção à importância do livro para os educadores escolanovistas e sobre as modificações realizadas nas práticas escolares de leitura para o ensino primário.

R.F.M.

VIDAL, Diana G.; SOUZA, Maria C. C. C. de. **A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Os trabalhos publicados neste volume foram originalmente apresentados no II Seminário Fontes para a História da Educação do Século XIX, ocorrido na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), nos dias 19 e 20 de novembro de 1998, promovido pelo Centro de Memória da Educação (CME – FEUSP). O evento objetivou debruçar-se sobre a historiografia educacional, discutindo fontes e perspectivas de estudo para a educação oitocentista. Esta dupla orientação transparece nos artigos. Alguns autores, preferindo dar relevo à documentação primária, estendem-se sobre trabalho de campo, detalhando os materiais pesquisados e as instituições visitadas, certos de que este partilhar das condições de investigação possibilita o avanço das análises e o trabalho dos pesquisadores futuros. Outros autores, com escrita mais

crítica em relação à historiografia, refletem sobre seus objetos de interesse, pretendendo compreender aspectos da educação oitocentista, a partir do diálogo com fontes primárias e estudos bibliográficos. Todos os nove artigos que compõem o livro exemplificam com especial felicidade a fecundidade de examinar a escolarização brasileira do final do século XIX e do início do XX. A partir de diversas perspectivas, foi possível interrogar novamente o passado, retirando da sombra a memória que uma historiografia hegemônica havia lançado à educação do Império e do início da República.

F.L.M.

VIEIRA, Rogich. *Ginásio Municipal I – Primórdios do Ensino Secundário em Sorocaba*. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 02 fev.1986.

Primeiro de uma série de oito artigos em que o autor recorda a instalação do ensino secundário em Sorocaba, com a implantação da Escola Estadual “Júlio Prestes de Albuquerque”, primeiro ginásio da cidade. Neste artigo, trata basicamente dos antecedentes da fundação da escola, traçando um painel para demonstrar a precariedade ou quase inexistência de um sistema regular de ensino em Sorocaba entre fins do século XIX e o início da terceira década do século XX. Até 1805, eram os beneditinos que se encarregavam da instrução na cidade, muito provavelmente com o objetivo de preparar para o sacerdócio, como observa Vieira. A partir de então, passaram a haver opções privadas de acesso ao ensino “das primeiras letras” e de 1834 a 1880 chegou a funcionar um curso de “Gramática Latina”, mantido pela Província em diversas cidades, que terminou extinto. Por esse período, e até 1929, inúmeras tentativas de implantação de escolas foram registradas na cidade, relata Rogich. Quase todas fracassaram – inclusive um Ginásio Municipal Sorocabano, que funcionou entre 1909 e 1911. Apenas duas escolas abertas por aquela época acabaram por permanecer até os dias de hoje: a Escola do Comércio, atualmente Organização Sorocabana de Ensino, e o Colégio Santa Escolástica, que permanece com o mesmo nome.

J.C.G.

VIEIRA, Rogich. *Ginásio Municipal II – A lei 204*. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 23 fev. 86.

Dando seqüência à série sobre a história do primeiro ginásio sorocabano, o autor aborda a promulgação de uma lei criando o Ginásio Municipal de Sorocaba, objeto de uma guerra política entre facções locais do Partido Republicano Paulista (PRP). De um lado, estavam os “vergueiristas”, partidários do, à época, presidente da Câmara Municipal, Luiz Pereira de Campos Vergueiro, que se opunham ferrenhamente à instalação da escola. De outro, os “anti vergueiristas”, que viam na implantação do estabelecimento não apenas uma forma de atender aos apelos de uma elite emergente, como também uma maneira de derrotar o adversário, então no controle da máquina partidária. Neste artigo, o historiador relembra que o confronto entre os dois grupos se dava tanto através dos facciosos jornais existentes na cidade quanto em reuniões políticas ou mesmo em ações legislativas. Rogich conta que, em 3 de dezembro de 1927 é assinada a lei 204, que instala o Ginásio Municipal de Sorocaba. Composta por nove artigos, ela destina à manutenção da escola uma verba orçamentária de 60 contos de réis, dá um prazo de 90 dias para sua instalação efetiva e estabelece até mesmo a remuneração do corpo docente. Aparentemente, a assinatura da lei punha fim à campanha desencadeada por dois anti vergueiristas na Câmara Municipal – João Padilha de Camargo e Gustavo Schreppel – que assim teriam vencido a batalha contra Campos Vergueiro. Mas teriam vencido mesmo? indaga ele ao final do artigo.

J.C.G.

VIEIRA, Rogich. Ginásio Municipal III – Antecedentes da Fundação. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 09 mar. 1986.

As manobras utilizadas pelo vereador Luiz Pereira de Campos Vergueiro para impedir a implantação do Ginásio Municipal Sorocabano, cuja criação havia sido determinada pela lei 204 de dezembro de 1927, são abordadas pelo historiador na terceira parte da sua série de oito artigos sobre a instalação do ensino secundário público na cidade. Conforme Rogich, em uma sessão realizada em 26 de janeiro de 1928, os vereadores situacionistas da Câmara Municipal aprovaram resolução suspendendo a execução da lei 204, sob a argumentação de que o orçamento estadual recém concluído não havia destinado ao projeto os 30 contos de réis que estavam sendo esperados. Além disso, feitos os cálculos, “se verificou que com menos de cem contos de réis não se poderia criar e instalar o ginásio local de uma maneira digna e compatível”, segundo o texto da resolução transcrito pelo historiador. A repercussão da medida é abordada por Rogich, particularmente o protesto do vereador da oposição, Gustavo Schreppel, que publicou no jornal uma nota ressaltando que a Câmara havia aprovado uma lei “mas o sr .prefeito municipal, que é apenas o órgão executivo da municipalidade, o encarregado de executar as leis por ela decretadas e portanto um simples subordinado e não um superior, julgou-se com o absurdo direito de sobrepor a sua vontade à vontade soberana dos representantes do município”. No mesmo artigo, parte do pronunciamento de Renato Fleury, que classifica a medida de “desoladora falta de noção do valor de uma escola”, também é transcrito por Rogich.

J.C.G.

VIEIRA, Rogich. Ginásio Municipal IV – Instalação do Ginásio. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 6 mar. 1986.

O quarto artigo da série sobre a instalação do Ginásio Municipal relata que os oposicionistas do diretório local do PRP (Partido Republicano Paulista), diante da negativa da Câmara em liberar recursos para a criação da escola, decidiram custear a implantação de um ginásio particular. Rogich levanta suspeita de que essa iniciativa recebeu ajuda de maçons. O autor transcreve artigo publicado pelo jornal *Correio de Sorocaba* lamentando que o estabelecimento em implantação não pudesse ser equiparado às escolas normais do Estado diante do fato de que, sem ter sido municipalizada pela Câmara Municipal, precisaria dispor de um capital de 200 contos de réis para tal equiparação ser reconhecida. Rogich apresenta a lista de nomes dos aprovados nos exames da primeira turma. “Dos 62 candidatos inscritos, três não compareceram por se encontrarem ausentes da cidade. Destes, 54 se inscreveram na primeira série”, antecipa ele antes de transcrever a relação de todos os inscritos. “Alguns não terminaram o curso, ou por transferência para outras escolas das cidades vizinhas e da Capital ou por desistência, tendo em vista seu alto preço”, contabiliza, depois de listar os nomes e observar que a maioria formou-se professor. Na seqüência, conta detalhes sobre a formação do corpo docente e a cerimônia de inauguração do ginásio, em uma aula festiva realizada em 2 de abril de 1928 e que foi noticiada pelo *Correio de Sorocaba* como um grande acontecimento. “Todos os ilustres oradores, além de demonstrarem de um modo exuberante e claro as vantagens para Sorocaba da organização de uma casa de ensino daquela ordem, salientaram o grande patriotismo e o grande amor à instrução por parte do nosso digno diretório do Partido Republicano”, escreveu o jornal. Chama a atenção para o fato de que, além da luta em torno do ginásio, a disputa entre as facções rivais do PRP chegou ao auge com a aproximação das eleições. Os oposicionistas venceram e os situacionistas abandonaram seus postos na Câmara. “E essa nova Câmara foi benéfica para o Ginásio Municipal”, conclui o artigo de Rogich.

J.C.G.

VIEIRA, Rogich. Ginásio Municipal V – A lei 209. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 23 mar. 1986

Rogich Vieira dedica o quinto artigo da série sobre a implantação do ensino secundário em Sorocaba à formação de novas turmas para o Ginásio Municipal – que conservou o nome mesmo sendo particular – à criação das escolas Normal e Profissional e também a uma lei assinada pelo prefeito João Machado de Araújo, eleito pela dissidência Partido Republicano Paulista, municipalizando o ginásio. E faz ainda referências à disputa política entre as duas facções do PRP que se digladiavam pelo controle político local. Começa o artigo reproduzindo notícia publicada pelo *Correio de Sorocaba* anunciando: “Três notáveis melhoramentos para Sorocaba – Graças aos esforços dos políticos situacionistas, que em boa hora assumiram a direção de Sorocaba e a boa vontade do povo, que deu apoio às nobres iniciativas do diretório, a nossa terra, que já desfruta a grande vantagem do Ginásio Municipal, que vai em franco progresso, contará em breve com mais dois notáveis melhoramentos. São eles a Escola Normal Livre e a Escola Profissional”. Depois de detalhar os dois empreendimentos, a notícia reproduzida por Rogich dá conta da iminente municipalização da escola secundária. Em seguida, traz informações sobre a abertura de inscrições para nova turma do Ginásio, conta que 36 candidatos haviam se inscrito para os exames e apresenta a relação de aprovados, bem como a profissão que seguiram depois. Rogich lembra da posse da nova Câmara Municipal, em janeiro de 1929, marcando o “fim do vergueirismo”. A parte final do artigo é dedicada à aprovação da lei 209, votada tão logo terminou a cerimônia de posse dos novos vereadores. Com 11 artigos, a nova legislação já começa determinando que “é municipalizado o atual estabelecimento de ensino secundário denominado Ginásio Municipal Sorocabano, digo de Sorocaba, que passa sob a mesma denominação a ser mantido pelos cofres municipais, assim como pelos donativos e subvenções que porventura venha ser lhe feitos e ainda pelo produto das taxas que forem cobradas nos termos dessa lei”. E assim o artigo de Rogich Vieira prossegue, até o final, transcrevendo a lei 209.

J.C.G.

VIEIRA, Rogich. Ginásio Municipal VI – Revolução de 1930. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 06 abr. 1986.

No sexto artigo sobre a implantação do ensino secundário em Sorocaba, Vieira faz comparações entre as duas leis referentes à criação do Ginásio Municipal, de números 204 e 209. “As diferenças são mínimas”, observa. Esta última institui a gratuidade aos pobres e modifica a forma de escolha dos diretores, que passa a ser atribuição exclusiva do prefeito, enquanto a lei 204, “democraticamente” determinava que fosse através da eleição pela maioria absoluta dos professores. Na seqüência, o artigo traz informações sobre a mudança do prédio onde funcionava o Ginásio Municipal, uma lista com nomes dos 52 aprovados na primeira turma da Escola Normal livre e várias notas acerca das nomeações de diretores e professores e da troca de correspondências entre a Prefeitura e o Colégio D. Pedro II, do Rio de Janeiro, escola com a qual se pretendia que o Ginásio Municipal fosse equiparado. A parte final do artigo é reservada à política sorocabana. “A revolução getulista venceu e o povo comemorou eufórico. Algumas das arruaças afetaram diretamente o Ginásio e as personalidades a ele ligadas. As casas do prefeito João Machado de Araújo dos membros do diretório Renato Mascarenhas, João Ferreira da Silva, Simpliciano de Almeida, João Padilha de Camargo e do professor Renato Fleury foram, apedrejadas”. Por fim, revela que, contrariando os boatos de que a escola seria fechada, o prefeito nomeado, Otacílio Malheiros, na verdade havia determinado redução de 50% nos vencimentos dos professores da escola, medida extensiva a todo funcionalismo público, tendo em vista a difícil situação financeira da Prefeitura.

J.C.G.

VIEIRA, Rogich. Ginásio Municipal VII – Duas outras leis. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 13 abr. 1986.

“A 4 de abril de 1931 o *Cruzeiro do Sul* noticiou e combateu a nomeação do prof. Renato Sêneca de Sá Fleury para professor da Escola Normal Livre de Sorocaba”. É dessa forma que o historiador inicia o sétimo artigo da série em que relata a implantação do Ginásio Municipal. Nesse texto, tece considerações sobre os atos 11 e 12 assinados pelo prefeito David Alves de Ataíde, “primeiro que nos foi impingido depois da Revolução Constitucionalista”. O Ato 11, assinado em 21 de janeiro de 1933, diz respeito às taxas e mensalidades cobradas pela Escola Normal Livre e pelo Ginásio Municipal e que corrigia omissão que vinha desde a implantação das escolas, uma vez que nenhum documento fixava tabela de taxas para esses estabelecimentos. O ato 12, assinado três dias depois, reduziu a apenas cinco as gratuidades oferecidas por ambas as escolas, alterando substancialmente a lei 209, que reservava dez vagas em cada classe, nos dois estabelecimentos, aos alunos pobres. Na parte final do artigo, Vieira relata episódio não diretamente relacionado às escolas, mas que poderia ter sido consequência da assinatura dos atos 11 e 12: uma manifestação de estudantes sorocabanos contra a negativa do prefeito David Ataíde em ceder a praça para a realização de evento em comemoração ao dia 25 de janeiro, aniversário de São Paulo. O desdobramento do episódio resulta no assassinato do prefeito, no dia 30, em plena praça central. “Tenho a impressão de que tudo foi planejado, ainda mais se levarmos em conta que uns poucos meses antes, os sorocabanos lutavam contra a ditadura na Revolução Constitucionalista e que a nossa cidade esteve a ponto de ser invadida. O sangue ainda fervia. O ódio continuou por muito tempo. Será que a atitude dos ditos ‘estudantes’ não foi um disfarce? Uma premeditação?” indaga o autor.

J.C.G.

VIEIRA, Rogich. Ginásio Municipal VIII – Prédio das Escolas. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 20 abr. 1986.

Encerrando a série de artigos sobre a implantação do ginásio secundário em Sorocaba, o autor relata a campanha para a construção dos prédios da Escola Normal Livre e do Ginásio, os mesmos que ainda hoje abrigam as escolas “Getúlio Vargas”, municipal, e “Júlio Prestes de Albuquerque”, estadual. Denominada “Campanha do Tijolo”, ela teve início em 1933, “ano em que passaram pela cidade quatro prefeitos”, relembra Rogich, destacando o papel do último deles, Dr. Eugênio Salerno, que governou a cidade até 1935 e “deu todo apoio possível” para a consolidação dos dois estabelecimentos. Relata minúcias da campanha: a doação do terreno, feita por Alberto Trujillo, que desmembrou parte de sua chácara para tal fim; a criação de uma “Comissão Pró-Prédio”; o início da abertura de uma avenida no terreno doado. O novo prefeito, Francisco de Paula Camargo, anuncia a obtenção de um aumento de 100 contos de réis no empréstimo liberado. Finalmente, em 7 de dezembro de 1935, o governador do Estado promulgou uma lei autorizando o Estado a receber, como doação da Prefeitura, o prédio (ainda inacabado) e materiais didáticos pertencentes ao ginásio, que passaria a ser mantido pelo governo estadual. Antes, porém, foi preciso formalizar em cartório a transferência que a Associação da Campanha Pró-Prédio fazia daquelas instalações ao município e concluir a obra. Finalmente, em 6 de março foi formalizada a passagem da escola à administração do Estado. Concluindo o artigo e a série, o autor lista a relação de professores nomeados para o Ginásio Estadual de Sorocaba, bem como as disciplinas que lecionavam.

J.C.G.

WEDEKIN, Ivan; RODRIGUES, Roberto. **Pequeno dicionário amoroso da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”**. Rio de Janeiro: Agroceres, 2001.

Celebra o 1º Centenário da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Reúne histórias ouvidas e colhidas na bibliografia disponível, verdadeiras, segundo seus autores. Alguns casos têm décadas de idade e foram repetidos por gerações de agrônomos, seus parentes, amigos

e conhecidos. A estrutura do livro é a seguinte: para cada letra do alfabeto foram selecionados cinco temas desenvolvidos em prosa ou verso. Traz odes, letras de músicas e hinos, como o de Piracicaba e da ESALQ, poemas feitos por professores e alunos. As histórias narram peripécias dos alunos durante as aulas teóricas e práticas (campo), nas repúblicas, nos bares que freqüentam, e desta forma contam também um pouco da história de Piracicaba. Menciona fatos políticos ocorridos no Brasil e o envolvimento dos esalqueanos, as implicações, e a forma como era manifestado esse envolvimento.

M.M.F.

### BIBLIOGRAFIA

- ABAURRE, Maria Bernadete; GAGLIARI, Luis et al. **Leitura e escrita na vida e na escola. Leitura: Teoria e Prática**, ano 4, n. 6, 1985.
- ABRAMOWICZ, Anete (org.). **Para além do fracasso escolar**. Campinas: Papirus, 1997.
- ALGARTE, R. A. Competência política da escola pública. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**. Rio de Janeiro: v. 9, n. 30, p. 27-42, jan./mar. 2001.
- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Instrução pública no Brasil (1500-1889). História e Legislação**. 2 ed. São Paulo: EDUC; Comped; Inep, 2000.
- ALMEIDA, Maria de Lourdes P. **A apropriação do conhecimento público pelo setor privado na relação universidade-empresa: um estudo a partir do caso da Unicamp**. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.
- ALMEIDA JUNIOR, Antônio F. de. **E a escola primária**. São Paulo: Nacional, 1959.
- ALVES, Gilberto L. As funções da escola pública de educação geral sob o imperialismo. **Novos Rumos**, São Paulo, ano 5, n. 16, p. 89-112, 1990.
- ALVES, Gilberto L. Quatro teses sobre a produção material da escola pública contemporânea. **Intermeio– Revista do Mestrado em Educação da UFMS**, Campo Grande, v. 1, n. 2, p. 6-19, 1995.
- ALVES, Gilberto L. Nasce uma nova instituição educacional. **Intermeio– Revista do Mestrado em Educação da UFMS**, Campo Grande: v. 4, n. 8, p. 6-17, 1998.
- ALVES, Gilberto L. **A produção da escola pública contemporânea**. Campinas: Autores Associados, 2000.
- ALVES, Gilberto L. **O pensamento burguês no seminário de Olinda: 1800-1836**. Campinas: Autores Associados, 2002.
- ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite (orgs.). **A invenção da escola a cada dia**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- \_\_\_\_\_. **O sentido da escola**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- ANANIAS, M. O ensino na segunda metade do século dezenove: a escola Corrêa de Mello de Campinas. **Quaestio: Revista de Estudos da Educação**. Sorocaba, v. 1, n. 1, maio 1999.
- ANANIAS, M. **As escolas para o povo em Campinas (SP): 1860 – 1889 – origens, ideário, e contexto**. 2000. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- ANTÚNEZ, Serafin et al. **Disciplina e convivência na instituição escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- APPLE, Michael. **Ideologia e currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ARROYO, Miguel G. Escola do século XXI? Indo de encontro ao passado. **Revista de Educação do CEAP**. Salvador, 33, p. 17-29, jun./ago. 2002.

\_\_\_\_\_. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ARRUDA, Elcia E. Anotações preliminares para um debate: em pauta "A produção da escola pública contemporânea" de Gilberto Luiz Alves. **Intermeio – Revista do Mestrado em Educação da UFMS**. Campo Grande: v. 4, n. 8, 42-49, 1998.

ASSIS, Orly Z. Mantovani de. **Uma nova metodologia de educação pré-escolar**. São Paulo: Pioneira, 1993.

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

ASSOUN, Paulo Laurent. **A Escola de Frankfurt**. São Paulo: Ática, 1991.

AZEVEDO, José C. **Escola cidadã: desafios, diálogos e travessias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BAHIA. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Memorial de medicina**. Salvador: 1983.

BARBOSA, Laura Monte Serrat. **A Psicopedagogia no âmbito da Instituição Escolar**. Curitiba: Expoente, 2001.

BARONE, Rosa Elisa Mirra. **Canteiro-escola. Trabalho e educação na construção civil**. São Paulo: EDUC;Fapesp, 1999.

BARROS, Aidil de Jesus Paes. **Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

BARROSO, João. **O estudo da escola**. Porto: Porto, 1996.

BARTOLOMEU, Valente. **Escola madrastra**. Lisboa: Livros Horizonte, 1985.

BERNARD, Eliade. **A escola aberta: Freinet no secundário**. Lisboa: Horizonte, 1978.

BERNARTT, Maria de Lourdes. **Educação e trabalho na história do ensino técnico brasileiro. Contribuição do CEFET-PR**. 1999. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava.

BERTAN, T. C. **A educação profissional protestante - Instituto Filadélfia de Londrina – 1944 a 1972**. 1990. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas.

BINZER, I. von. **Os meus romanos: alegrias e tristeza de uma educadora no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BOSCHETTI, Vania Regina. **A Universidade Brasileira do pós 64**. 1993. Dissertação (Mestrado) – Universidade Metodista de Piracicaba.

BRANDÃO, Zaia. (org). **Democratização do ensino: meta ou mito?** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

BRAZ, Terezinha P. As decisões internacionais no financiamento público do ensino fundamental. **Intermeio - Revista do Mestrado em Educação da UFMS**. Campo Grande, v. 4, n. 8, p. 62-69, 1998.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **A Escola Profissional de São Carlos**. São Carlos: Ed. USFCar, 1998.

CABRAL, Maria Inez Cavalieri. **De Rousseau a Freinet ou da teoria à prática: uma nova pedagogia**. São Paulo: Hemus, 1978.

CAMARGO, Marilena A. Jorge Guedes de. **Coisas Velhas – Um percurso de investigação sobre cultura escolar (1928-1958)**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CAMPOS, Arleta Nobrega Z. Maryssael. **A escola Normal Paulista: Acertos e desacertos**. 1987. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo.

- CAMPOS, Maria Malta et al. **Creches e Pré-escolas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.
- CARNEIRO, Hely Felisberto. **A Faculdade de Medicina de Sorocaba e os 50 anos de sua história**. Sorocaba: Grafilínea Editora, 1999.
- CARVALHO, M. M. C. de. **A escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CARVALHO, Roberto M. **Memória de uma escola**. São Paulo: Pannartz, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Memória de uma escola: a Escola Estadual "Regente Feijó"**. Itu: Pannartz, 1982.
- CASTEDO, Mirta et al. Conducción pedagógica de los procesos constructivos de la lectura y la escritura. **Informes 1 y 2**. La Plata, Dirección General de Escuelas y Cultura, Dirección de Investigaciones, 1986-1987.
- CASTRO, Amélia D. **Piaget e a Pré-Escola**. São Paulo: Livraria Primeira, 1979.
- CATANI, Afrânio M.; DOURADO, Luiz F. (orgs). **Universidade Pública: políticas e identidade educacional**. Campinas: Autores Associados.
- CAVALLEIRO, Eliane S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.
- CECCON, Claudius; OLIVEIRA, Miguel D.; OLIVEIRA, Rosiska D. **A vida na escola e a escola da vida**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- COLÉGIO SÃO BENTO. **Jubileu de Ouro do Colégio São Bento**. São Paulo: Colégio São Bento, 1953.
- COORDENADORIA DE ESTUDOS E NORMAS PEDAGÓGICAS – CENP. **Em foco: a escola nas férias**. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação: Governo de São Paulo, 2000.
- CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão; NEVES, Hélia Maria Vendramini; MELLO, Mirela Geiger de. **Arquitetura Escolar Paulista 1890-1920**. São Paulo: FDE. Diretoria de Obras e Serviços, 1991.
- COSTA, Manoel dos Passos da Silva. **A trajetória de uma unidade educacional CEFET – Pato Branco – PR**. 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas/ Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava.
- COSTA, Maria Vorraber. (org.). **Escola básica na virada do século**. São Paulo: Cortez, 1996.
- CRESAS. **L'échec scolaire n'est pas une fatalité**. Paris: Les Éditions ESF, 1980.
- CULTURA Escolar. História, práticas e representações. **Cadernos Cedes**, Campinas, n. 52, 2000.
- CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Cortez; Niterói, Rio de Janeiro: EdUFF; Brasília DF: Flacso do Brasil, 2001.
- CUNHA, Marcus Vinicius da (org.). **Ideário e imagem da educação escolar. Polêmica do nosso tempo**. Campinas: Autores Associados, 2000.
- CUNHA, Maria Iza G. **Educação feminina numa instituição confessional total católica: Colégio Nossa Senhora do Patrocínio**. 1999. Dissertação (Mestrado em História) -Universidade de São Paulo.
- DE VRIES, Rheta. **A ética na educação infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- DETONI, Márcia. Mapa da mina para mães e pais angustiados. **Folha de S. Paulo**, São Paulo: 10-13 ago. 2001.
- SÃO PAULO. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Características gerais do ensino fundamental e médio no Estado de São Paulo**. São Paulo: Poder Legislativo, v. 110, n. 107, cad. 3, p. 49-65, jun. 2000. (Educação).
- DIAS, Lucinda. **Problemas de aprendizagem: procedimentos pedagógico-terapêuticos nas dificuldades de encarnação**. São Paulo: Antroposófica, 1995.

- DIDEROT, Denis. **Mémoires pour Catherine II**. (Texte établi d'après l'autographe de Moscou, avec introduction, bibliographie et notes par Paul Vernière). Paris: Éditions Garnier Frères, 1966.
- DIDONET, Vital. Por uma escola do nosso tempo. **Revista Pedagógica Pátio**. Porto Alegre, ano 2, n. 5, maio/jun. 1993.
- DUARTE, Valdir P. **Escolas públicas no Campo: problemática e perspectivas**. 2001. Dissertação (Mestrado). Caçador.
- DURKHEIM, Emile. **A evolução pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- DUTRA JUNIOR, Joemir. **A Universidade de Sorocaba e uma história do seu curso de História. 1955-1994**. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Sorocaba, 1999.
- ENQUITA, M. F. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- EVANGELISTA, José Geraldo. **História do Colégio São Joaquim: 1890 – 1940**. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1991.
- FARIA FILHO, L. M. de. **República, trabalho e educação: a experiência do Instituto João Pinheiro (1909-1934)**. Bragança Paulista: Ed. USF, 2001.
- FÁVERO, O. (org.). **A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1998**. Campinas: Autores Associados, 2001.
- FERREIRO, Emília. Se debe o no enseñar a leer y escribir en el Jardín de niños? Un problema mal planteado. **Boletín de la Dirección de Educación Preescolar**, México, 1982.
- FERRO, Olga M. R. Nas pegadas do iluminismo, os ensaios para a formação do homem das luzes e os móveis para a produção da escola pública contemporânea: um colóquio com Alves. **Intermeio-Revista do Mestrado em Educação da UFMS**. Campo Grande, v. 4, n. 8, p. 50-60, 1998.
- FIGUEIREDO, Lenita Miranda de. Novos métodos para uma nova educação. **Folha da Tarde**. São Paulo, 3 fev. 1975.
- FORTUNA, Maria Lucia de A. **Gestão escolar e subjetividade**. São Paulo: Xamã, 2000.
- FREINET, Célestin. **O jornal escolar**. Lisboa: Estampa, 1976.
- \_\_\_\_\_. **O método natural**. Lisboa: Estampa, 1977.
- \_\_\_\_\_. **O método natural de gramática**. Lisboa: Dinalivro, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Para uma escola do povo**. Lisboa: Presença, 1973.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia do bom senso**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- FREIRE, Paulo (apres.). **Cuidado, escola! Desigualdade, domesticação e algumas saídas**. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FURTH, Hans G. **Piaget na sala de aula**. Rio de Janeiro: 1972.
- GARCEZ, Benedito Novaes. **O Mackenzie**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1970.
- GARCIA, P. B. **A questão política da educação popular**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- GAVALDON, Luiza L. **Desnudando a Escola**. São Paulo: Pioneira, 1997.
- GERALDI, Corinta Maria G. **Cartografias do trabalho docente: professor(a) pesquisador(a)**. Campinas: Mercado das Letras, 1997.
- GOBBO, Samia D'Angelo Alcuri. **Assim é a escola: o perfil do sistema escola-fazenda na escola Agropecuária Federal de Colatina**. 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, 1997.

- GOODMAN, Kenneth: El proceso de lectura: consideraciones através de las lenguas y del desarrollo. In FERREIRO, Emília y GÓMES PALACIO, Margarita (comps.). **Nuevas perspectivas sobre los procesos de lectura y escritura**, México, Siglo XXI, 1982.
- GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- GORDO, Nívea. **Escola de aplicação da Faculdade de Educação da USP**. São Paulo: Edusp, 1981.
- GRACIA, Sergio Antonio. **Gestão escolar democrática: um estudo de duas escolas da rede estadual de Fátima do Sul. (1991-1994)**. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas/Universidade Estadual do Centro Oeste, Guarapuava. 2000.
- GRIGOLON, João. **70º Aniversário do Grupo Escolar “Dr. Cesário Motta”: 1894-1964**. Itu: Prefeitura do Município de Itu, 1964.
- GROSS, Renato. **Colégio Internacional de Curitiba: uma história de fé e pioneirismo**. Rio de Janeiro: Collins, 1996.
- GRUBER, Howard E. Le courage et le Développement Intellectuel Chez les Enfants et les Savants. In SCHWEBEL, Milton; RAPH, Jane (orgs.). **Piaget a l’Ecole**. Paris: Denoel/Gonthier, 1976.
- GUHUR, Jean V. P. Universidade e pesquisa. Primeiros apontamentos. **Intermeio – Revista do Mestrado em Educação da UFMS**. Campo Grande, v. 4, n. 8, p. 70-85, 1998.
- GUIMARÃES, Isaura. **Educação sexual na escola: mito e realidade**. Campinas: Mercado das Letras, 1995.
- GUTTMAN, Cyntia. Escolas para cidadãos ecológicos. **O Correio da UNESCO**. Rio de Janeiro, FGV, v.27, n. 7, p. 14-16, 1999.
- HOFF, Sandino. Escola Pública Religiosa: Ratke. **Intermeio – Revista do Mestrado em Educação da UFMS**. Campo Grande, v. 4, n. 8, p.108-120, 1998.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- JAEGER, Inês Costa. **Escola/Trabalho: o vivido e o representado pelo estudante trabalhador do centro de estudos supletivos de Guarapuava**. 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas/Universidade Estadual do Centro Oeste, Guarapuava. 1996.
- JOMINI, Regina Célia Mazoni. **Uma educação para a solidariedade (contribuição ao estudo das concepções e realizações educacionais dos anarquistas na República Velha)**. Campinas: Pontes, 1990.
- KAUFMAN, Ana Maria. **Alfabetização de crianças: construção e intercâmbio**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- KINPARA, Minoru Martins. **Colégio de Aplicação e a prática de ensino: questões atuais**. 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas.
- KISHIMOTO, Tizuko M. **A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)**. São Paulo: Edições Loyola, 1988.
- KORITIAKE, Luiz Antonio. **Qualidade total da empresa à escola. A relação entre as experiências vividas na empresa e na escola pelos alunos estagiários do curso de Desenho de Projetos de Mecânica da Escola Técnica Estadual “Fernando Prestes”**. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Sorocaba.
- KRAMER, Sônia. **A política do pré escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- KRAMER, Sônia. Privação cultural e educação compensatória. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 42, p. 54-62, ago. 1982.
- LANZ, R. **A Pedagogia Waldorf (caminho para um ensino mais humano)**. 7. ed. São Paulo: Antroposófica, 2000.

- LEONEL, Zelia. Para ler os clássicos. Lições de Montaigne. **Intermeio – Revista do Mestrado em Educação da UFMS**. Campo Grande, v. 4, n. 8, p. 86-95, 1998.
- LERNER, Délia. **Aprendizaje de la lengua escrita en el aula**. Venezuela: Ministerio de Educación, 1980.
- LOMBARDI, J. C. (org.). **Globalização, pós-modernidade e educação**. Campinas: Autores Associados/HISTEDBR/Un., 2001.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa em educação. História, filosofia e temas transversais**. 2.ed. Campinas: Autores Associados/HISTEDBR/UnC, 2000.
- LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cyntia G. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- MAGALHÃES, António Lages de. **Colégio São Joaquim. Cem anos educando**. São Paulo: Lorena, Dom Bosco, 1990.
- MAGNANI, Maria do Rosário M. **Em sobressaltos: formação de professores**. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- MANOEL, Ivan A. **Igreja e educação feminina (1859-1919), uma face do conservadorismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.
- MARINHO, Maria Gabriela. **Norte Americanos no Brasil: uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934-1952)**. Campinas: Autores Associados, 2002.
- MARTINS, M. do C. **A história prescrita e disciplinada nos currículos escolares: quem legitima esses saberes?** Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- MAZZIERI BERTA, Ricardo de. O despertar no Reino de Hamurabi, História da Medicina. **Ser Médico**. São Paulo: Conselho Regional de Medicina, 2002.
- McLAREN, P. **A vida nas escolas: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- MELLO, Guiomar Namó de. Fatores intra-escolares como mecanismo de seletividade no ensino de 1º grau. **Educação e Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 70-8, jan. 1979.
- MENON, Og Natal. **A Educação escolarizada em Sorocaba entre o Império e a República**. 2000. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MEZOMO, João Catarin. **Gestão da qualidade total na escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MIALARET, Gaston. **A educação pré escolar no mundo**. Lisboa: Moraes Editores, 1996.
- MIGUEL, Maria Elizabeth B. **Coletânea da documentação educacional paranaense no período de 1854 a 1889**. Campinas: Autores Associados.
- MIMESSE, E. **A educação e os imigrantes italianos: da escola de primeiras letras ao grupo escolar**. São Caetano do Sul: Fundação Pró-memória, 2001.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - Departamento de Ensino Fundamental Coordenação de Educação Pré-Escolar. **Diagnóstico preliminar da educação pré-escolar no Brasil**. Brasília: Departamento de documentação e divulgação, 1975.
- MIQUELINO, Cássio Aparecido. **As escolas modernas em São Paulo**. São Paulo: Unip, 1997.
- MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes**. Campinas: Unicamp, 1999.
- MOREIRA, Antonio Flavio B. (org.). **Currículo: questões atuais**. São Paulo: Papyrus, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Currículos e programas no Brasil**. São Paulo: Papyrus, 1990.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

- \_\_\_\_\_. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- MURASSE, Celina Midori. **A educação para a ordem e o progresso do Brasil: o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1856-1888)**. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.
- NAGAMINE, José M. **Universidade e compromisso social. A experiência da reforma da PUC de São Paulo**. São Paulo: EDUC – Autores Associados, 1997.
- NASCIMENTO, Mary Ferraz. **O curso de Filosofia da Universidade de Sorocaba. Revisando o passado: análise crítica dos fatos e dos sujeitos que teceram um discurso fundador**. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Sorocaba.
- NAZARO, Lucy Salete Bortolini. **História e histórias do Kaingang de Palmas/PR. Uma literatura para a escola indígena**. 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas.
- NEILL, Alexander Sutherland. **Liberdade sem medo: Summerhill**. 23. ed. São Paulo: IBRASA, 1984.
- NEUBAUER, Rose. **O efeito transformador da avaliação paulista**. São Paulo: SARESP, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Escola nas férias: mias uma oportunidade de aprender**. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação, 1997.
- NEUBAUER, Rose S.; NOGUEIRA, Madza J. **A escola pública e o desafio do curso noturno**. São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1987.
- NEVES, José Carlos de Araújo. **Fundação Dom Aguirre: 35 anos de história**. Sorocaba: Fundação Dom Aguirre, 1998.
- NINA, Celina Airlie. **Escolas maternas e jardins de infância**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- NOSELLA, P. A escola brasileira no final de século: um balanço. In: FRIGOTTO, G. (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- NOSELLA, Paolo; BUFFA, Esther. **Schola Mater – A antiga escola normal de São Carlos 1911 – 1933**. São Carlos: EDUFSCar, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Universidade de São Paulo – Escola de Engenharia de São Carlos, os primeiros tempos: 1948 – 1971**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2000.
- OLIVEIRA, Afonso Celso de. **Tudo começou na escola profissional: o ensino industrial em Sorocaba como matriz para o trabalho no Brasil e América Latina**. Sorocaba: Academia Sorocabana de Letras. Prefeitura Municipal de Sorocaba - SEC FACED: Conselho Municipal de Cultura, 1995.
- PALHARES SÁ, N.; MADUREIRA, E. (org.) **Leis e Regulamentos da instrução pública do Império em Mato Grosso**. Campinas: Autores Associados.
- PARO, Vitor H. **Por dentro da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Xamã, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Qualidade de ensino: a contribuição dos pais**. São Paulo: Xamã, 2000.
- PARO, Vitor H. et al. **Escola de tempo integral: o desafio para o ensino público**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- PEREIRA, Maria Salete. **Jogos na escola, nos grupos, na catequese**. São Paulo: Paulinas, 1984.
- PEREIRA, William C. C.; PEREIRA, Maria A. **Uma escola no fundo do quintal – Cooperativa Mangueira**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- PETITAT, André. **Produção da escola / produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

- PICANÇO, Iracy S. Novas funções sociais da escola. **Revista de Educação CEAP**, Salvador, n 34, p. 15, set./nov., 2001.
- PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- PORTO, T. M. E. **Aprendizagem escolar e televisão: uma experiência com a Pedagogia da Comunicação em 5ª série de 1º grau**. 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- PRATTA, M. A. **Mestres, santos e pecadores. Educação, religião e ideologia na primeira República brasileira**. São Carlos: RIMA, 2002.
- PUIG, Josep M. et al. **Democracia e participação escolar: propostas de atividade**. São Paulo: Moderna, 2000.
- REIS FILHO, Casemiro dos. **A educação e a ilusão liberal: origens da escola pública paulista**. 2. ed. Campinas: Autores Associados.
- RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. **A Educação feminina durante o século XIX: Colégio Florence de Campinas 1863 – 1889**. Campinas: Centro de Memória – Unicamp, 1996.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira – A organização escolar**. 16. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.
- RIBEIRO, Maria L. S. **Educação escolar. Que prática é essa?** Campinas: Autores Associados, 2001.
- RIBEIRO, Maria L. S. **Memórias. A luta pelo ensino público e gratuito numa universidade particular – a PUCSP**. Campinas: Autores Associados, 2001.
- RIZZO, Gilda. **Educação pré-escolar**. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.
- ROMEU, Sonia A. **Escola: objetivos organizacionais e objetivos educacionais**. São Paulo: EPU, 1987.
- ROSA, Carlos Mendes. Educação especial: nove milhões e meio de deficientes sem escola. **Nova Escola**, São Paulo, n. 50, ago. 1991.
- SAMPAIO, Rosa Maria W. Ferreira. **Freinet: evolução histórica e atualidades**. São Paulo: Scipione, 1994.
- SANCHES, Luz Helena Toro de. **A extensão universitária e a expansão da Unicamp**. 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas.
- SANFELICE, José Luís (coord). **A universidade e o ensino de 1º e 2º graus**. São Paulo: Papyrus, 1988.
- SANFELICE, J. L.; SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C. (orgs.). **História da educação. Perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas: Autores Associados/HISTEDBR, 1999.
- SANTOMÉ, Jurjo Torres. **O curriculum oculto**. 3. ed. Porto: Ed. Porto, 1995.
- SANTOS, Manoel Isau Souza Ponciano dos. **Luz e sombras – Internatos no Brasil**. São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 2000.
- SANTOS, Márcia Brandão. **Um ensino na contramão: um estudo avaliativo do ensino de matemática no sistema escola-fazenda**. 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas / Universidade Estadual do Centro Oeste, Guarapuava.
- SÃO PAULO. ESTADO. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Escola nas férias: mais uma oportunidade de aprender**. São Paulo: FDE, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Em foco: a escola nas férias**. São Paulo: CENP, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Educação Indígena**. São Paulo: 2001. p. 3-22.

- SÃO PAULO. ESTADO. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP. **O efeito transformador da avaliação paulista**. São Paulo: FDE, 1997.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1983.
- SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C., SANFELICE, J. L. (orgs.). **História e história da educação. O debate teórico-metodológico atual**. 2. ed. Campinas: Autores Associados/HISTEDBR, 2000.
- SCAFF, Elisângela Esnariaga A. O papel do Estado na determinação das funções da escola. **Intermeio. Revista do Mestrado em Educação da UFMS**. Campo Grande, v. 4, n. 8, p. 36-41, 1998.
- SEMINÁRIO Docência, Memória e Gênero, 1**. GEDOMGE-FE/USP. São Paulo: Plêiade, 1997.
- SEVERO, Ricardo. **O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo**. São Paulo: Oficina de Artes Gráficas do Liceu, 1934.
- SHEEN, Maria Rosemary C. Campos (org.). **Recortes da história de uma universidade pública: o caso da Universidade Estadual de Maringá**. Maringá: Eduem, 2002.
- SILVA, Cândida et al. **A vez da creche e da pré-escola**. São Paulo: Nova Escola, 2000.
- SILVA, Iara A.; HOFF, Sandino. A escola pública religiosa: Comênio. **Intermeio – Revista do Mestrado em Educação da UFMS**. Campo Grande, v. 4, n. 8, p. 30-35, 1998.
- SILVA, João José da. Colégio Nossa Senhora do Patrocínio: uma lição de amor e fé que o tempo não apagou. **Revista Campo e Cidade**. Itu, n. 6, abr. 2000.
- SILVA JUNIOR, J. R. **A formação da Universidade Metodista de Piracicaba: um estudo histórico sobre administração escolar**. 1992. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do estado e mudança na produção**. Bragança Paulista: EDUSE, 1999.
- SILVA, Maria Abadia da. **A construção do ensino público de 2º grau em Campinas. 1ª Delegacia de Ensino (1980-1993)**. 1994. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas.
- \_\_\_\_\_. **Políticas para a educação pública: a intervenção das instituições financeiras e o consentimento nacional**. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.
- SILVA, Maria Aparecida F. do Amaral. **Educação de mulheres no Vale do Paraíba Colégio do Carmo: 1892-1910**. Guaratinguetá: 2001.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias de currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- SIROTA, Régine. **A escola primária no cotidiano**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- SNYDERS, Georges. **Escola, classe e luta de classes**. Lisboa: Moraes, 1977.
- \_\_\_\_\_. **A escola pode ensinar as alegrias da música?** São Paulo: Cortez, 1997.
- SOARES, Maria Lúcia de A. **Girassóis ou heliantos: maneiras criadoras para o conhecer geográfico**. Sorocaba: PM – Linc., 2001.
- SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. São Paulo: Ática, 1992.
- SOARES, Suely Aparecida Galli. **Política pública, qualificação profissional do trabalhador no final da década de 90 no Brasil. Empregabilidade ou inserção social?** 1998. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de história da cultura brasileira**. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

- SOUZA, Carla V. C. et al. A objetivação do trabalho na escola: implicações educativas atuais. **Intermeio - Revista do Mestrado em Educação da UFMS**, Campo Grande, v. 4, n. 8, p. 26-29, 1998.
- SOUZA, Paulo Nathanael P. de. **Pré-Escola: uma nova fronteira educacional**. São Paulo: Pioneira, 1979.
- SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo**. São Paulo: Unesp, 1998.
- SPOSITO, Marília Pontes. **O povo vai à escola – a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo**. São Paulo: Edições Loyola, 1984.
- STEINER, Rudolf. **A arte da educação I. (O estudo geral do homem: uma base para a pedagogia)**. 2. ed. São Paulo: Antroposófica, 1995.
- STEINER, Rudolf. **A educação prática do pensamento. Aprender a pensar a partir da realidade**. 3. ed. São Paulo: Antroposófica, 1996.
- STEINER, Rudolf. **Educação na puberdade, o ensino criativo**. 2. ed. São Paulo: Antroposófica, 1996.
- TAURO, David. V. E. A escola pública contemporânea em questão. **Intermeio – Revista do Mestrado em Educação da UFMS**, Campo Grande, v. 4, n. 8, p. 18-25, 1998.
- TYLER, Ralph Winfred. **Princípios básicos de currículo e ensino**. 8. ed. Porto Alegre; Rio de Janeiro: Globo, 1983.
- A UNIVERSIDADE Pública Brasileira. **O Estado de S. Paulo**, 16 mar. 2002.
- VALE, Lílian do. **A escola imaginária**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- VALLE, L. do. **A escola e a nação. As origens do projeto pedagógico brasileiro**. São Paulo: Letras & Letras, 1997.
- VEIGA, Ilma P. A.; RESENDE, Lúcia M. G. (orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas: Papirus, 1998.
- VIDAL, Diana G.; SOUZA, Maria C. C. de. (orgs.). **A memória e a sombra – a escola brasileira entre o império e a república**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- VIDAL, Diana Gonçalves. **O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Graduação do Distrito Federal (1932-1937)**. Bragança Paulista: Ed. USF, 2001.
- VIEIRA, Rogich. Ginásio Municipal I – Primórdios do Ensino Secundário em Sorocaba. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 02 fev. 1986.
- VIEIRA, Rogich. Ginásio Municipal II – A lei 204. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 23 fev. 1986.
- \_\_\_\_\_. Ginásio Municipal III – Antecedentes da Fundação. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 9 mar. 1986.
- \_\_\_\_\_. Ginásio Municipal IV – Instalação do Ginásio. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 16 mar. 1986.
- \_\_\_\_\_. Ginásio Municipal V – A lei 209. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 23 mar. 1986.
- \_\_\_\_\_. Ginásio Municipal VI – A Revolução de 1930. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 06 abr. 1986.
- \_\_\_\_\_. Ginásio Municipal VII – Duas outras leis. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 13 abr. 1986.
- \_\_\_\_\_. Ginásio Municipal VIII – Prédio das Escolas. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 20 mar. 1986.
- WEDEKIN, Ivan; RODRIGUES, Roberto. **Pequeno dicionário amoroso da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”**. Rio de Janeiro: Agroceres, 2001.
- WITTER, Geraldina P. **O pré-escolar: um enfoque comportamental**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1986.